Universidade Católica de Brasília

Pró-Reitoria Acadêmica
Escola de Humanidades e Direito
Curso de Relações Internacionais
Trabalho de Conclusão de Curso

COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL:
Uma análise do Projeto Brasil-África (2015-2017), para a promoção dos Direitos das Mulheres em Moçambique

Autora: Vivianny Pereira Passos dos Santos
Orientador: Profª. Dra. Rosana Corrêa Tomazini

Brasília - DF

2018

VIVIANNY PEREIRA PASSOS DOS SANTOS

COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL: Uma análise do Projeto Brasil-África (2015-2017), para a promoção dos Direitos das Mulheres em Moçambique.

Monografia apresentada ao curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientadora: Profª. Dra. Rosana Corrêa Tomazini

Brasília

2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente eu queria agradecer ao Universo por ter me permitido estar aqui. Por poder fazer diferente a cada dia, sabendo que nós sempre temos a oportunidade de recomeçar. Foram longos 4 anos nesta Universidade, na qual entrei ainda sabendo muito pouco do que de fato eram as Relações Internacionais. Entrei menina e me tornei mulher. Hoje sei que as mais diversas pessoas que entraram ou saíram da minha vida durante esses anos, me fizeram aprender, acima de qualquer coisa.

Aos meus Guias e Mentores que me acompanham desde que vim à esse mundo, eu não saberia mensurar tamanha gratidão em meu ser por saber que eu nunca estive sozinha nessa caminha, desde os meus momentos mais difíceis que eu pensei em desistir de tudo, ou momentos que eu duvidei da minha fé, até os momentos de maior êxtase em que minha felicidade pareciar resplandecer. Vocês sempre estiveram lá.

Agradeço aos professores, nossos mestres que contrubuíram de uma maneira muito especial em minha formação, e que a sociedade deveria valorizar esses profissionais que se empenham, ao seu modo, construir um mundo melhor. Os que já se foram um sincero abraço e muito obrigada, e os professores que ainda lecionam da Católica, foi um enorme prazer tê-los como mestres e absover, na medida que pude, os seus ensinamentos. Agradeço aos servidores da Católica que cuidam deste lugar tão bem. É tão bom andar entre os blocos e ver tudo verdinho e bem cuidado com uma natureza que pulsa vida. Encontrei na Católica muitos refúgios.

À minha mãe Maria Lucia Pereira Passos dos Santos, o meu maior alicerce de todos, minha guerreira que sempre lutou para seguir em frente apesar das dificuldades, eu a amo. Ao meu pai Jailson dos Santos Pereira, que mesmo estando longe, nunca deixou de incentivar e apoiar o meu progresso como filha, e como mulher. Ainda vou dar muito orgulho à vocês. Agradeço ao Felipe, uma pessoa muito especial que sempre me incentivou, e que mesmo estando longe ainda é presente na minha vida. Meu sentimento por você transborda.

Aos meus amigos, que foram os mais diversos possíveis desde o ínicio da faculdade, até aqui. Obrigada por fazerem parte da minha história e ter contribuído

principalmente nesses difíceis últimos meses. Carol, Cris, Dani, Matheus e todos os colaboradores, você têm um lugar especial no meu coração. Obrigada pelos momentos compartilhados, pelas alegrias, pelos conhecimentos e visões de mundo trocados, e por terem feito parte disso.

Por fim, quero fazer um agradecimento especial à minha orientadora Profª. Drª. Rosana Corrêa Tomazini, que foi tão paciente e doce comigo, mesmo me alertando no que era necessário, você foi a melhor orientadora que eu poderia ter. Foi você quem fez eu me apaixonar pelos Direitos Humanos e pela Cooperação Internacional, com suas aulas ditáticas e extremamente bem preparadas, além do ser humano maravilhoso que você é. Os alunos apreciam muito a sua vontade de tonar esse curso cada vez melhor. Obrigada pelo seu esforço e obrigada por todos os conselhos. De todo o meu coração.

"Não é fora de nós que devemos procurar a divindade, pois que ela está do nosso lado, ou melhor, em nosso foro interior, mais intimamente em nós do que estamos em nós mesmos." (A Ceia de Cinzas). "Deus em tudo e sobre tudo, por essência e potência, nem como parte nem como alma, e sim como mundo inefável." (Giordano Bruno)

RESUMO

Referência: SANTOS. Vivianny Pereira Passos dos. **Cooperação Sul-Sul Trilateral:** Uma análise do Projeto Brasil-África (2015-2017), para a promoção dos Direitos das Mulheres em Moçambique. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Católica de Brasília, 2018.

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento surgiu em um âmbito de muitas incertezas políticas e sociais. Desde sua concepção após a criação da Organização das Nações Unidas, ela vem se desdobrando em vários formatos diferentes do que são considerados tradicionais (Norte-Sul), e para o presente trabalho serão usadas as contribuições intelectuais de autores como Keohane e Bruno Ayllón, para analisar os desdobramentos e resultados advindos de tal evolução. A Cooperação Sul-Sul Trilateral será foco deste trabalho. Sendo assim, esta monografia irá apresentar em seus 3 capítulos, partindo de uma abordagem descritiva, elementos relacionados à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, em que países tidos como tradicionais recebedores de cooperação internacional hoje são também doadores de expertise em arranjos mais complexos. Também será abordado os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e de Desenvolvimento do Milênio como temas de aderência e busca de realização por parte dos Estados. Sendo assim, finalizar-se-à abordando a Cooperação Sul-Sul trilateral e à busca conjunta pelo desenvolvimento através da igualdade de gênero e do empoderamento feminino, e como se deu o âmbito do projeto Brasil-África no último biênio (2015-2017), firmados entre a as agências das Nações Unidas para a promoção do desenvolvimento e os governos de Brasil e Moçambique.

Palavras-chave: Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; Cooperação Sul-Sul; Coooperação Trilateral; Direitos humanos; Brasil Moçambique; Projetos de cooperação.

ABSTRACT

International Cooperation for Development has emerged within a framework of many political and social uncertainties. Since its conception after the creation of the United Nations, it has been unfolding in several different formats from what are considered traditional (North-South), and for the current work, it is going to be used intellectual contributions of authors such as Keohane and Bruno Ayllón, for analysing the deployments and results of such evolution. South-South Trilateral Cooperation will be the focus on this work. Thus, this monograph will present in its 3 chapters, stemming from a descriptive approach, elements related to International Cooperation for Development, in which countries considered as traditional recipients of international cooperation today are also donors of expertise in more complex arrangements. It will also address the Millennium Development and Sustainable Development Goals as themes of adherence and pursuit of achievement by States. In this way, it will be finalized addressing Trilateral South-South Cooperation and the joint search for development through gender equality and the empowerment of women, and the scope of the Brazil-Africa project in the last biennium (2015-2017) , signed between the United Nations agencies for the promotion of development and the governments of Brazil and Mozambique.

Keywords: International Cooperation for Development; South-South Cooperation; Trilateral Cooperation; Human rights; Brazil Mozambique; Cooperation projects.

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

ABC - Agência Brasileira de Cooperação

AOD - Ajuda Oficial ao Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

CAD - Comitê de Assitência ao Desenvolvimento

CEDAW - Convenção para a Eliminação de todas as formas de Violência contra a Mulher

CID - Cooperação para o Desenvolvimento

CMIG - Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero

CNAT - Comissão Nacional de Assistência Técnica

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CSS - Cooperação Sul-Sul

CTPD - Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento

CTR - Cooperação Triangular

DAG - Grupo de Asssitência ao Desenvolvimento

DFID - Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido

ECOSOC - Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

EUA - Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH -Índice de Desenvolvimento Humano

IDS - Inquérito Demográfico e Social

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MGCAS - Ministério de Género, Criança e Acção Social

MISAU - Ministério de Saúde

MNEC - Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

MZB - Moçambique

MRE - Ministério das Relações Exteriores

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODM - Objetivos do Milênio

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OECE - Organização Permanente para a Cooperação Econômica Européia

ONU - Organização das Nações Unidas

ONU MULHERES - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres

PABA - Plano de Ação de Buenos Aires

PARP - Plano de Acção para a Redução da Pobreza

PALOPS - Países Africanos Língua Oficial Portuguesa

PED - Países em Vias de Desenvolvimento

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PQG - Plano Quinquenal de Governo

PPP - Paridade do poder de compra

SADC - Protocolo de Género da Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral

SINAM - Sistema Nacional de Atendimento Médico

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11
2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 14
2.1 PANORAMA INICIAL DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 14
2.2 COOPERAÇÃO INTERACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO (CID) 19
2.2.1 Cooperação Ténica Internacional 20
2.3 COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO SUL-SUL 22
2.3.1 Cooperação Triangular 25
3 BRASIL COMO DOADOR DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E RELAÇÕES COM A ÁFRICA 28
3.1 HISTÓRICO DO BRASIL COMO PAÍS DOADOR DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 28
3.2 APROFUNDAMENTO E EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES BRASIL E ÁFRICA 31
4 PANORAMA GERAL DOS DIREITOS DAS MULHERES (BRASIL E MOÇAMBIQUE) e PROJETO BRASIL-ÁFRICA COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL 38
4.1 PANORAMA DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 38
4.2 PANORAMA DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE 41
4.3 A COOPERAÇÃO TRILATERAL: BRASIL; MOÇAMBIQUE E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS (ONU E DFID) 46
4.3.1 Objetivos da Cooperação 48
4.3.2 Estratégias de Implementação 49
4.3.3 Impactos e Lições Aprendidas 50
4.3.4 Lições Aprendidas 52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 54
REFERÊNCIAS 55
ANEXOS 66

1 INTRODUÇÃO

Após o fim da 2ª Guerra Mundial, em 1945, notou-se uma generalizada desestabilização no sistema internacional, tanto na economia, quanto nas estruturas sociais dos países. Nesse cenário, surge a Organização das Nações Unidas (ONU) que trata, entre os pontos objetivados em seu preâmbulo, tais como o desenvolvimento econômico e respeito aos Direitos Humanos, a necessidade que os Estados têm em cooperar para superar a instabilidade dos anos anteriores. A Carta da ONU explicitou tal preocupação já em seu 1º Artigo (§ 3º): "conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário...".

No Capítulo IX da Carta, em dois de seus artigos (55 e 56), o conceito é corroborado ao manifestar que os Membros da Organização se comprometem a agir em cooperação com esta, seja separadamente ou em conjunto.

Nesse contexto, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento somente se concretizou quando a então Organização Europeia para a Cooperação Econômica foi sucedida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A OCDE buscava "auxiliar os países a atingirem um crescimento econômico e um nível de emprego sustentáveis". A partir da OCDE foi possível determinar uma divisão clara entre os países doadores de cooperação do Norte e os países do Sul[1], vistos como os receptores de cooperação técnica internacional, tema que será aprofundado no primeiro capítulo.

A cooperação Sul-Sul ou horizontal, por sua vez, surge com o compartilhamento de *expertise* entre os países do Sul econômico e, segundo as várias interpretações existentes, trata de um tipo de cooperação mais linear, em que os países compartilham habilidades, conhecimentos, e recursos para atingir em conjunto a finalidade de desenvolvimento. Os mais variados tipos de cooperação internacional especificados adiante, traçam propósitos relacionados ao desenvolvimento social e econômico dos países, e neste trabalho, abordar-se-á os Direitos Humanos, mais especificamente o Direito da Mulher e a igualdade de gênero como fomento aos objetivos perseguidos pelos Estados.

---

[1] Conjunto de países que ficou conhecido como terceiro mundo, "muitos dos quais ainda se encontravam em um contexto de descolonização e dependiam de assistência externa para sustentar suas economias e a construção de suas instituições nacionais" (SOUZA, 2011).

Tendo como pano de fundo o cenário da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, o presente trabalho, de caráter descritivo, pretende responder à seguinte pergunta: Em que medida a cooperação internacional, mais especificamente a cooperação trilateral, pode ser executada de forma a favorecer agendas comuns entre os países, e, no caso específico, na promoção dos direitos das mulheres em Moçambique?

Desta maneira, com o intuito de fornecer insumos suficientes para responder à pergunta de pesquisa, um objetivo geral foi estabelecido e outros três específicos foram delineados.

Para tal, o objetivo geral do trabalho é o de analisar os desdobramentos da cooperação internacional para o desenvolvimento, explorando, principalmente, a modalidade da cooperação triangular. Assim, os objetivos específicos são: apresentar as definições acerca da cooperação internacional, quais foram seus primeiros debates e conferências, além das diversas tipificações existentes; analisar o histórico do Brasil como doador de cooperação internacional e seu aprofundamento nas relações com a África; referenciar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como mecanismos mundiais na busca pela redução da pobreza e o desenvolvimento para todos; e por fim, analisar o projeto trilateral envolvendo Brasil e Moçambique com o apoio das agências da ONU, ONU Mulheres e o Fundo de População das Nações Unidas[2] (UNFPA) com o intuito de promover igualdade gênero e a superação da pobreza.

O recorte temporal a ser considerado compreende o momento de estabelecimento das primeiras iniciativas de cooperação internacional, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, estando intimamente ligado com a criação das Nações Unidas.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com utilização de autores de referência para a discussão inicial relacionada à cooperação internacional, e documental, com utilização de documentos oficiais de distintos organismos internacionais, no que se refere ao contexto e descrição do projeto relatado para ilustrar a cooperação triangular, visto no terceiro capítulo. Com a finalidade de cumprir com os objetivos específicos traçados, o trabalho foi divido em três

[2] Em Inglês: United Nations Population Found

capítulos. O primeiro capítulo conceituará a Cooperação Internacional e suas evoluções e desdobramentos, trazendo, também, o entendimento acerca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e como ela tem sido fator significativo na busca pelo progresso social e econômico.

O segundo capítulo abordará o Brasil como um país doador de cooperação internacional e seu aprofundamento nas relações com países africanos (especialmente os lusófonos), além do esforço conjunto para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em que observa-se a grande similaridade não só cultural com a África, mas também nos problemas sociais ali encontrados. E por fim, o terceiro capítulo consistirá em um panorama geral dos Direitos das Mulheres nos países delimitados - Brasil e Moçambique -, além da análise do projeto focal: *"Brasil e África - Igualdade de gênero: Inovações e Potencialidades na Cooperação Sul-Sul trilateral. Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Moçambique"*, desde sua concepção, objetivos, estratégias de implementação e lições aprendidas.

A conclusão, por sua vez, procurará compilar o que já fora tratado ao longo do trabalho, possibilitando assim, responder à pergunta de pesquisa.

2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

No presente capítulo serão abordados os conceitos, evolução e desdobramentos da cooperação internacional, desde a 2ª Guerra Mundial. Pode-se dizer que a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento teve o seu início com o Plano Marshall, voltado para a reconstrução da Europa, por parte dos Estados Unidos, e inicialmente apresentava caráter assistencialista. Aspecto este que será discutido bem como sua evolução, destacando que, atualmente, a CID abrange variados tipos e formas. Isso será por meio da definição do termo, além da diferenciação de outras terminologias, pois nota-se que, apesar de alguns termos parecerem permutáveis, existem diferenças importantes entre eles, algumas explícitas outras sutis.

2.1 PANORAMA INICIAL DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

No âmbito dos estudos em relações internacionais, há diferentes abordagens e visões sobre o fenômeno da cooperação internacional e suas consequências para a estabilização do cenário político e econômico internacional. Robert Keohane foi o primeiro autor a contribuir conceitualmente para a teoria, abordando em seu livro “After Hegemony: Cooperation and Discord in World Political Economy” o conceito de Cooperação Internacional (RAMOS, 2006).

De acordo com o autor, é importante analisar não somente o sistema internacional, no âmbito do qual a anarquia rege as relações de poder, como também as forças internas que motivam os Estados a cooperarem.

Segundo Keohane (1984), a Cooperação Internacional é definida como um processo através do qual as políticas seguidas pelos governos são consideradas por seus parceiros como facilitadoras da realização de seus próprios objetivos, como resultado da coordenação das políticas. É importante salientar que a existência de interesse compartilhado por parte dos atores, não significa, entretanto, que haja uma harmonia de interesses, pois nesse caso não haveria necessidade de cooperação.

> A cooperação deve ser distinguida da harmonia. A harmonia refere-se a uma situação em que as políticas dos atores (perseguidas por seu próprio interesse sem consideração pelos outros) facilitam automaticamente a realização dos objetivos dos outros. O clássico exemplo de harmonia é o hipotético mundo do mercado competitivo dos economistas clássicos, no

> qual a Mão Invisível garante que a busca do interesse próprio por cada um contribua para o interesse de todos [...]. Onde a harmonia reina, a cooperação é desnecessária. Pode até ser prejudicial, se isso significa que certos indivíduos conspiram para explorar os outros[3] (KEOHANE, 1984, p. 51).

De fato, harmonia não era o cenário observado no pós-Guerra, circunstância que trouxe incertezas não só nos âmbitos teórico e metodológico da academia, como também abalou as estruturas produtivas dos países.

> A instabilidade econômica mundial refletia-se na esfera política, e esse impacto ultrapassa as ideologias do sistema capitalista e socialista e chegando aos países considerados "terceiro mundo", "muitos dos quais ainda se encontravam em contexto de descolonização e dependiam da assistência externa para sustentar suas economias e a construção de suas instituições nacionais (SOUZA, 2014, p.11).

Nesse contexto de incertezas políticas e econômicas, ocorreu em 1944, a Conferência de Bretton Woods, e nela foram criados o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) - atualmente chamado Banco Mundial - e o Fundo Monetário Internacional (FMI), com o intuito de superar a instabilidade econômica e fortalecer as instituições políticas. Essas instituições, portanto, "iriam promover o investimento internacional e manter a estabilidade do câmbio, além de tratar de problemas de balanças de pagamento" (HOBSBAWN, 1995, p.215).

Adicionalmente com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, ficava mais clara a necessidade que os países tinham em cooperar para superar a desestabilização dos anos anteriores, e a Carta da ONU já expressava tal preocupação:

> No art. 1 do capítulo I (§ 3º) do documento, explicitou-se como um dos propósitos do novo organismo: "conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário...". O Capítulo IX da Carta, em dois de seus artigos (55 e 56), reforça o conceito ao enunciar que os Membros da Organização se comprometem a agir em cooperação com esta, em conjunto ou separadamente, a fim de favorecer: a) níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social; b) a solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e

---

[3] No original: " Cooperation must be distinguished from harmony. Harmony refers to a situation in which actors' policies (pursued in their own self-interest without regard for others) automatically facilitate the attainment of others' goals. The classic example of harmony is the hypothetical competitive-market world of the classical economists, in which the Invisible Hand ensures that the pursuit of self-interest by each contributes to the interest of all. Where harmony reigns, cooperation is unnecessary. It may even be injurious, if it means that certain individuals conspire to exploit others. Keohane, Robert Owen. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton University Press, 1984. p. 51. Tradução nossa.

> conexos; a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional; e c) o respeito universal e efetivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião (LEITE, 2011, p.60).

Na linha de reorganização do sistema internacional no pós II Guerra, os Estados Unidos, com todo seu pragmatismo econômico e geopolítico e projetando poder para a europa (com o objetivo de conter a influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e recuperar importante mercado consumidor), executaram o maior projeto de Cooperação Internacional já registrado até então: o Plano Marshall (MARTINUSSEN; PEDERSEN, 2003).

O Plano Marshall, foi um aprofundamento da doutrina Truman e ficou oficialmente conhecido como “Programa de Recuperação Europeia”, sendo um plano liderado pelos Estados Unidos para a reconstrução dos países europeus aliados, nos anos que se seguiram após a Segunda Guerra Mundial. Com a devastação econômica e social causada pela guerra, os países Europeus enfrentavam crescentes manifestações contra os governos constituídos, e isso poderia afetar diretamente a influência capitalista, fazendo com que os Estados Unidos receassem o apelo dos partidos comunistas aos eleitores da Europa Ocidental, e instituísse o Plano Marshall (BRITANNICA ACADEMIC, 2016).

Assim, em 3 de Abril de 1948, o então presidente dos Estados Unidos Harry S. Truman assina o Programa Europeu de Recuperação, apresentado pelo secretário de Estado George C. Mashall, que representava 16 países. A ajuda foi oferecida a todos os países da Europa, inclusive os que estavam sob dominação Soviética, porém a União Soviética logo tratou de tirar os países do acordo, e os demais países da Europa Oriental seguiram seus passos logo mais (BRITANNICA ACADEMIC, 2016).

O Plano Marshall foi considerado como bem sucedido. Nos 4 anos que se estendeu o programa, foram destinados em torno 13 bilhões de dólares em ajuda econômica à Europa Ocidental, com vistas a restabelecer a produção industrial e agrícola, através da restauração da estabilidade financeira e expansão do comércio, nos quais os países da Europa Ocidental envolvidos experimentaram um aumento em seus produtos nacionais brutos de 15 a 25 por cento durante esse período. O plano contribuiu para a renovação das indústrias químicas, de engenharia e siderúrgica da Europa Ocidental (BRITANNICA ACADEMIC, 2016).

Nesse contexto, Truman estendeu o Plano Marshall aos países menos desenvolvidos, em todo o mundo, no âmbito do Programa Ponto Quatro[4], iniciado em 1949. Foi então que, para coordenar a participação europeia, 16 países liderados pelo Reino Unido e pela França estabeleceram o Comitê de Cooperação Econômica Europeia sugerindo um programa de recuperação de quatro anos. Esta organização foi posteriormente substituída pela Organização Permanente para a Cooperação Econômica Européia (OECE), na qual a Alemanha Ocidental foi finalmente admitida (BRITANNICA ACADEMIC, 2018).

A OECE foi estabelecida em 16 de Abril de 1948, advinda do Plano Marshall e da Conferência dos Dezesseis (Conferência Europeia da Cooperação Econômica), tinha como objetivo ser uma estrutura permanente de Cooperação Econômica. Seus princípios eram fortalecer, reger e acelerar a reconstrução da Europa.

Em 13 de Janeiro de 1960, na Reunião do Comitê Econômico Especial da OECE, é constituído o Grupo de Assistência ao Desenvolvimento (Development Assistance Group - DAG[5]), "formado como um fórum para consultas entre doadores de ajuda sobre assistência a países menos desenvolvidos" (OECD, 1996 apud ALMEIDA 2013, p. 254), o órgão destinava-se desde a adotar resoluções relativas à melhoria da informação sobre a assistência financeira até o monitoramento e divulgação dos fluxos financeiros aos países (BRITANNICA ACADEMIC, 2016).

Em 14 de Dezembro de 1960 foi assinada a Convenção que transforma a Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OECE) em Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A inclusão do termo "desenvolvimento" acentua o novo âmbito da cooperação internacional. Em 1961, a OCDE passou a ser constituída por novos membros, além dos europeus originários da OECE, a saber: Estados Unidos e Canadá, e hoje a Organização conta com 35 países[6] membros (OCDE, 1996).

---

[4] O Programa Quatro Pontos, política dos EUA de assistência técnica e ajuda econômica aos países subdesenvolvidos, assim chamada porque foi o quarto ponto do discurso inaugural do presidente Harry S. Truman em 1949. Embora não tenha ficado claro desde o início qual seria a forma de ajuda aos países subdesenvolvidos, a ênfase foi dada rapidamente à assistência técnica, principalmente nos campos da agricultura, saúde pública e educação (BRITANNICA ACADEMIC, 2018).

[5] Membros originários: Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Portugal, Reino Unido e Estados Unidos e a Comissão da Comunidade Econômica Europeia. O governo japonês é imediatamente convidado a participar do trabalho, e os Países Baixos se juntam à DAG em julho (OCDE, 1996).

[6] Em 14 de dezembro de 1960, 20 países assinaram a Convenção sobre a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Desde então, outros 15 países aderiram à OCDE. São eles: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coréia, Dinamarca, Espanha, Estônia, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Islândia, Israel, Irlanda, Itália, Japão, Látvia,

Conforme acordado pela Resolução Ministerial de 23 de Julho de 1960, o Grupo de Assistência ao Desenvolvimento (DAG) foi, no início da OCDE, estabelecido como o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD[7]), e, segundo o mandato conforme a OCDE, seu auxílio se faz presente em vários aspectos, desde documentação de referência e avaliação, à interação entre seus membros, visto que o CAD é igualmente importante no levantamento de dados no que se refere às estatísticas de fluxos sobre as cooperações prestadas ou recebidas, dedicando-se, igualmente, ao monitoramento e avaliação de políticas de desenvolvimento dos países membros. É partir do CAD que originaram-se os projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento com formatos verticalizados (Norte-Sul), nos quais se definem os países desenvolvidos como doadores e os países em desenvolvimento (PED) como receptores de cooperação técnica (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT , 2018).

Uma das mais reconhecidas formas de Cooperação no âmbito do CAD-OCDE é a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), que, como o próprio nome já diz, tem como objetivo final ajudar os países menos desenvolvidos a obter certo grau de desenvolvimento. A AOD é caracterizada pela transferência de recursos de origem pública (por parte do Estado), a outro país menos desenvolvido, implicando também, certo grau de Concessão[8] (GÓMEZ-GALÁN E SANAHUJA, 1999).

Porém, para ser identificado como AOD (a partir de um país desenvolvido para outro país em desenvolvimento), devem-se ser cumpridos certos requisitos estabelecidos pelo CAD, tais como:

- Os recursos atribuídos devem ser de origem pública irrefutável;

Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Holanda, Polônia, Portugal, República Eslovaca, República Checa, Reino Unido, Eslovênia, Suécia, Suíça e Turquia (OCDE 1996).

[7] Em Inglês: Development Assistance Committee (DAC). Os membros do CAD atualmente são: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica,Canadá, Dinamarca, União Europeia, Finlândia, França,Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Coréia do Sul, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, República Eslovaca, República Checa, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT , 2018).

[8] Grau de Concessão se refere a parte doada, de forma que o país receptor obtém melhores condições de crédito do que conseguiria de um empréstimo feito por um banco comercial, como prazos maiores para cancelar o crédito e os interesses, maior período de graça e menores taxas de juros (MANCCINI, 2013).

- Devem dedicar-se à promoção do desenvolvimento econômico e social de um país do Sul (subdesenvolvido), e fins militares ou qualquer auxílio que sirva interesses comerciais e políticos do doador são excluídos;
- O país candidato a receber esta ajuda deve estar incluído na lista de Estados e Territórios como receptores, conhecida como Lista do CAD.

(ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT , 2018).

Uma vez definido o conceito de AOD, tornou-se possível estabelecer metas para a promoção do desenvolvimento econômico e bem-estar dos países em desenvolvimento, e atualmente os sistemas de medição dos fluxos ODA se tornaram mais sofisticadas graças aos avanços tecnológicos que permitiram grandes melhorias na velocidade em que os dados são verificados (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2011).

2.2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO (CID)

Assim como fora analisado, o surgimento da Cooperação Internacional para o desenvolvimento teve seus primeiros passos com o Plano Marshall, porém como conhecemos atualmente, “tal cooperação é executada mediante uma ampla gama de organizações nacionais e internacionais, que formam uma rede institucional que integra o que hoje se conhece como Sistema de Cooperação Internacional ao Desenvolvimento” (MANCCINI, 2013).

A CID pode ser definida como um conjunto de ações internacionais realizadas por atores públicos e privados entre países de diferentes níveis de renda, para promover o progresso econômico e social sustentável dos Países em Vias de Desenvolvimento. O termo CID serve igualmente para designar o fluxo oriundo de Estados ou Organizações Internacionais de recursos públicos (técnicos ou financeiros) com o objetivo evidente de promover o desenvolvimento econômico e social dos países recebedores (AYLLÓN, 2006).

Segundo Corrêa (2010) se a função da cooperação internacional é a de promover o desenvolvimento, ela somente será legítima e coerente com seu propósito se buscar viabilizar o compartilhamento ou a transferência de

conhecimento, de boas práticas, de processos inovadores e experiências bem sucedidas, que, reconhecidas e validadas como eficazes, permitam proporcionar ao país beneficiário, mudanças qualitativas, mensuráveis e sustentadas.

Seguindo a ótica de Aýllon (2006), há diversas modalidades de cooperação, e não somente aquela que provém de ajuda financeira, por exemplo. Assim, a cooperação possui sentido amplo, havendo possibilidades de transferência de conhecimentos estruturais e tecnológicos, bem como ações voltadas para diminuir os efeitos da guerra, catástrofes naturais, entre outros aspectos, além da concessão de empréstimos com menor taxa de juros que os bancos privados.

> A CID passa a ser vinculada ao papel de catalisadora de processos de reforma nos países em desenvolvimento, à manifestação do exercício de poder hegemônico na nova ordem mundial e à difusão de seus valores centrais, como a "modernização". Foi conferida a ela, ainda, a responsabilidade de contribuir com a estabilidade global e a segurança internacional (AYLLÓN, 2006, p. 10-11).

De fato, atualmente a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento abrange uma gama de interações muitos mais complexas do que em sua origem, e a dicotomia das relações norte-sul que fora precursora na Cooperação, não explica por si só as modalidades de cooperação percebidas atualmente, tendo que vista que atores não-estatais (como organizações não-governamentais, empresas transnacionais, entre outras instituições) desenham um novo equilíbrio na balança de poder nas relações internacionais contemporâneas. Os Estados por sua vez, também modificaram sua interação ao longo dos anos, havendo as mais diversas modalidades de cooperação internacional, em que os países antes tidos apenas como recebedores de cooperação, hoje também se fazem doadores (MILANI, 2014).

2.2.1 Cooperação Ténica Internacional

Foi materializado na Resolução no 1.383/1959, da Assembleia Geral da ONU, uma resolução que revisou o conceito de "assistência técnica" e o substituiu pelo de "cooperação técnica", retomando o ideal de uma relação mais equitativa, compreendendo uma parceria entre os países doadores e receptores para a promoção do desenvolvimento, ao dotar um estado de acepção que inferia na existência de países com diferentes graus de desenvolvimento, porém que atuavam em uma relação de intercâmbios e interesses mútuos. Sendo assim, os países em

desenvolvimento tinham com relação à cooperação uma posição comum, e, sendo considerada também, “um instrumento para impulsionar seus processos de desenvolvimento, e não mera assistência técnica vinculada a fins político-estratégicos, ou à recepção passiva de recursos” (VALLER, 2007).

Foi com a mudança na terminologia 11 anos mais tarde, e de fato com as transformações e evoluções na cooperação internacional, que alguns países preferiram adotar a palavra “parceiros”, pois conferia maior fidelidade ao tipo de relação ali envolvida (LOPES, 2008).

Após a Resolução 1383, a Cooperação Técnica Internacional passa a compreender a ação de programas e projetos negociados em arranjos bilaterais ou multilaterais entre Governos, realizados por agentes governamentais e também não-governamentais, “com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento dos países cooperantes por meio da troca de conhecimentos e experiências e demais atividades de treinamento e construção de capacidades” (OBSERVÁTORIO BRASIL E O SUL, 2018).

Apesar de existirem diversos usos não-consensuais e com terminologias distintas, como por exemplo “ajuda” ou “assistência”, isso ilustra como eram vistos os vários tipos de cooperação na relação predominantemente existente em um determinado *mind-set* nos arranjos tradicionais de CTI, percebidos nas relações Norte-Sul, no qual supõem-se que o processo seja orientado pelos interesses do doadores *(donor-oriented)*, além da óbvia assimetria de poder (LOPES, 2008).

De acordo com Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a Cooperação Técnica Internacional é conceituada como:

> Importante instrumento de desenvolvimento, auxiliando um país a promover mudanças estruturais nos campos social e econômico, incluindo a atuação do Estado, por meio de ações de fortalecimento institucional. Os programas implementados sob sua égide permitem transferir ou compartilhar conhecimentos, experiências e boas-práticas por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais, com vistas a alcançar um salto qualitativo de caráter duradouro [...] Para contribuir para o processo de desenvolvimento sócio-econômico, a CTI enseja a transferência de conhecimentos entre um organismo internacional e um país, ou entre países, em bases não comerciais, com vistas a alcançar-se objetivos previamente definidos e acordados entre as partes (consubstanciados em um *Documento de Projeto*), em um tema específico (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2018).

Nota-se que a Cooperação Técnica exclui a ajuda financeira e compõe-se das atividades de capacitação técnica, ou seja, de transferência de conhecimentos de um país a outro, com o objetivo de superar os desafios para assim, desenvolver-se.

> A CTI, originalmente, possui como característica fundamental a transferência de técnicas e conhecimentos de forma não-comercial para reduzir a diferença de nível de desenvolvimento alcançado entre doador e prestador através de execução conjunta de projetos envolvendo especialistas, treinamento e capacitação de pessoal, elaboração de material bibliográfico, aquisição de equipamentos, realização de estudos e pesquisas (LOPES, 2008. p. 20 apud MACHADO, 2004).

2.3 COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO[9] E COOPERAÇÃO SUL-SUL

A partir de 1970, com o acúmulo das experiências recebidas dos países desenvolvidos, os países do chamado Sul-Econômico que já tinha sido beneficiários da ajuda internacional desde final dos anos 1940, ensaiavam seus primeiros passos como doadores da CID: tinha início a chamada Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, ou *cooperação horizontal* (LOPES 2008).

Em 1972, no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi criada uma Unidade Especial para servir de grupo de trabalho e para promover e subsidiar a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento. Em 1978, realizada em Buenos Aires, houve a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), da qual participaram 138 países e 45 ministros, 41 vice-ministros e 81 diretores de departamentos de cooperação e planejamento, que propôs dar maior ênfase ao debate sobre os novos arranjos de cooperação entre os países em desenvolvimento (AYLLÓN, 2014).

Foi a partir de então que iniciou-se o marco inicial na difusão e promoção do conceito de CTPD realizado através de uma conferência da Unidade Especial do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), cujo objetivo era subsidiar a cooperação técnica entre os PED, aprovadas na forma do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) (AYLLÓN, 2014).

Na perspectiva da Agência Brasileira de Cooperação:

[9] Equivale à sigla em inglês TCDC – Technical Cooperation among Developing Countries.

> A missão da CTPD (ou Cooperação Sul-Sul) é a de contribuir para o adensamento das relações do Brasil com os países em desenvolvimento para a ampliação dos seus intercâmbios, para a geração, disseminação e utilização de conhecimentos técnicos, para a capacitação de seus recursos humanos e para o fortalecimento de suas instituições, por meio do compartilhamento de políticas públicas bem sucedidas (Agência Brasileira de Cooperação, 2018).

No entanto, é necessário diferenciar em termos conceituais a Cooperação Sul-Sul[10] (CSS) da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), pois a CTPD, como o próprio nome diz, corresponde apenas à natureza técnica dos projetos vinculados. Podem envolver dois ou mais países em desenvolvimento, envolvendo bases bilaterais, sub-regionais, inter-regionais ou apenas regionais. Segundo o Escritório para as Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, a CSS é definida como:

> A cooperação Sul-Sul é um amplo marco de colaboração entre os países do Sul nos domínios político, econômico, social, cultural, ambiental e técnico. Envolvendo dois ou mais países em desenvolvimento, pode ocorrer em bases bilaterais, regionais, intra-regionais ou inter-regionais. Os países em desenvolvimento compartilham conhecimento, habilidades, conhecimentos e recursos para atingir suas metas de desenvolvimento por meio de esforços conjuntos. Os recentes desenvolvimentos na cooperação Sul-Sul assumiram a forma de aumento do volume do comércio Sul-Sul, fluxos Sul-Sul de investimento direto estrangeiro, movimentos de integração regional, transferência de tecnologia, compartilhamento de soluções e especialistas e outras formas de intercâmbio[11] (UNITED NATIONS OFFICE FOR SOUTH-STOUH COOPERATION, 2018).

Já segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entende-se a CSS como um marco de colaboração entre os países do Sul nos domínios político, econômico, cultural, social e técnico (UNDP, 2009).

---

[10] Em 2003, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), mediante a Resolução no 58/220, recomendou a substituição do termo CTPD pelo de cooperação Sul-Sul (CSS), porém, o termo foi adotado em Fevereiro de 2004, a partir da inclusão de temas integrando, assim, as três dimensões que a constituem: a política, a técnica e a econômica (AYLLÓN, 2014).

[11] No original em Inglês: South-South cooperation is a broad framework of collaboration among countries of the South in the political, economic, social, cultural, environmental and technical domains. Involving two or more developing countries, it can take place on a bilateral, regional, intraregional or interregional basis. Developing countries share knowledge, skills, expertise and resources to meet their development goals through concerted efforts. Recent developments in South-South cooperation have taken the form of increased volume of South-South trade, South-South flows of foreign direct investment, movements towards regional integration, technology transfers, sharing of solutions and experts, and other forms of exchanges.

Portanto, a definição de CSS seria muito mais abrangente que a de ODA, conforme evidenciado nas diversas conceituações propostas. Similarmente, CCS é definida pelo United Nations Economic and Social Council (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas - ECOSOC), como aquela que “representa uma genuína transferência de recursos do país oferecendo programas de cooperação para as economias de países parceiros”, afirmando também que:

> A CSS é definida para incluir doações e empréstimos concessionais (incluindo créditos às exportações) proporcionados por um país do sul a outro para financiar projetos, programas, cooperação técnica, alívios de dívida e assistência humanitária, e suas contribuições a instituições multilaterais e bancos regionais de desenvolvimento (UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL, 2009, p. 11-12).

Por fim, estudo realizado para a ECOSOC, concebe a CSS como sendo:

> [...] mais ampla e profunda que o conceito de ajuda do norte. Não só cobre fluxos financeiros, tais como empréstimos e doações para projetos e programas sociais e de infraestrutura, mas também cobre cooperação via compartilhamento de experiências, tecnologia e transferência de qualificações, acesso preferencial a mercados, investimento e suporte orientado ao comércio (CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009, p. iii e 3).

A Conferência de Buenos Aires teve notoriedade crítica ao considerar a CSS como “meio para fomentar uma cooperação mais ampla e efetiva entre países em desenvolvimento” e como “força decisiva para organizar e fomentar o desenvolvimento mediante a transferência de conhecimentos e a prática de compartilhar experiências” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1978).

Desde 1979, o Comitê de Alto Nível para CSS que é um órgão subsidiário da Assembleia Geral da ONU, é uma medida intergovernamental geral para a revisão dos processos de cooperação entre países em desenvolvimento. Entre as funções do Comitê, está a de preparar relatório sobre a implementação do PABA e realizar por meio de sugestões medidas acelerem seu progresso. O Comitê é composto por representantes da maior parte dos Estados-membros que participam do PNUD, se reunindo a cada dois anos de 1980. Comitê de Alto Nível para a CSS é a principal entidade normativa neste modelo cooperação, no âmbito do Sistema ONU (AYLLÓN, 2014).

2.3.1 Cooperação Triangular

Como já referido, na última década pôde-se perceber a gama de modalidades que a CID passa a experimentar com a caracterização da integração de diferentes enfoques e agentes, em formatos a coalizões diversas. A Cooperação Triangular (CTR) pode-se incluir nesses mecanismos, que são, ao mesmo tempo, promissores e complexos (SAVENDOFF, 2012).

De fato, desde os anos de 1980, a CTR foi considerada um mecanismo de ampliação do escopo da cooperação em favor do desenvolvimento, “propiciando a exploração mais sistemática de complementaridades, recursos e capacidades entre países do Norte e do Sul, com a participação adicional de organismos internacionais” (AYLLÓN, 2013, p. 7).

Já a partir dos anos 2000, o papel da CTR foi evidenciada pelo favorecimento de articulação entre a Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul, e a relação ali percebida do tipo *win-win-win,* na qual tanto os países de menor nível de desenvolvimento, que recebiam cooperação, quantos os países emergentes, que conferiam maior visibilidade à escala da cooperação promovida, além dos países desenvolvidos, obtiveram uma redução de custos comparada à modalidade clássica Norte-Sul (BANCET, 2012).

Em termos gerais, a cooperação triangular pode ser discutida como um amálgama entre a cooperação vertical e a cooperação horizontal, envolvendo, por consequência, uma nação desenvolvida e um país em desenvolvimento, os quais atuam em conjunto, a fim de capacitar tecnicamente um terceiro país do Sul mais carente de recursos, com o objetivo final de desenvolvimento (ALVES, 2013).

Ainda que predominante, esse não é o único tipo de dinâmica trilateral possível, existindo também a cooperação entre dois países do Sul, com a finalidade de transferir recursos técnicos para outra nação periférica (cooperação horizontal). Há ainda, a atuação conjunta entre um organismo internacional, um país que exerce função “intermediária” e uma a nação beneficiária final (ALVES, 2013). A triangulação, contudo, requer uma superação de um paradoxo, pois geralmente os países doadores tradicionais e os países em desenvolvimento tem pontos de vistas distintos em relação a esse tipo de parceria, e isso modifica a maneira como se dará a cooperação.

De todo modo, será abordado ao longo do trabalho, o último formato de Cooperação Triangular citada, ou seja, a Cooperação Sul-Sul Trilateral envolvendo além de um país como intermediador, um organismo internacional e suas agências, bem como o país beneficiário final, com o papel também de um doador tradicional do Norte.

Ainda, segundo Alves (2013), os países periféricos receberam, e ainda recebem, embora em menor proporção, os conhecimentos técnicos dos países centrais. Havendo alcançado um nível razoável de desenvolvimento, mediante a adaptação da tecnologia dos países mais industrializados às suas necessidades, os países periféricos que receberam os conhecimentos técnicos dos países desenvolvidos, passam a transferir os conhecimentos adquiridos às outras nações do Sul (ALVES, 2013).

É nesse sentido, que os países periféricos, em um passado recente, enfrentaram os mesmos desafios ao desenvolvimento, se tornando, portanto, capazes de melhor atender às demandas dos seus congêneres do Sul, formulando soluções criativas para aprimorar suas condições socioeconômicas (UNITED NATIONS ECONOMIC and SOCIAL COUNCIL, 2008)

Nota-se que as dificuldades financeiras do país em desenvolvimento prestador da cooperação torna relevante o financiamento do projeto por um país central (ou organização internacional), para que o mesmo possa ser realizado (BURGES, 2012). Daí advém uma das vantagens da cooperação trilateral, somando o conhecimento técnico e a *expertise* dos países do Sul, à maior capacidade de subsídio dos países desenvolvidos.

Analisando o caso brasileiro, é importante notar que a prática da CTR está intimamente ligada aos esforços governamentais de cooperação, tendo em vista que, especialmente entre os anos 2008 e 2013, observou-se uma tendência crescente além das demandas que o país recebe “para compartilhar suas experiências e âmbitos de conhecimento especializado em esquemas de triangulação” (AYLLÓN, 2013 p. 8).

> A cooperação sul-sul triangular do Brasil é concretizada por meio de projetos ou programas temáticos focados no treinamento e na assessoria técnica, por vezes combinados à construção de infraestruturas em pequena escala e à provisão de equipamentos indispensáveis à realização das atividades. [...] O Governo brasileiro financia as próprias iniciativas de CSS seja no âmbito bilateral (financiamento integral), seja no âmbito das ações

> triangulares (financiamento integral ou parcial conforme o caso). É importante ressaltar que o Brasil não se apresenta como um país doador, ainda que financie ações triangulares com organismo internacional ou com países (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2018)

De fato, como se verá adiante, o Brasil possui um histórico considerável em sua caminhada rumo à cooperação, destacando-se no âmbito da cooperação entre países do Sul-Econômico. Sendo assim, no próximo capítulo serão abordados fatos históricos da cooperação do Brasil, com destaque para um de seus países parceiros, notadamente Moçambique, de forma a ilustrar projeto específico baseado na parceria da triangulação.

3 BRASIL COMO DOADOR DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E RELAÇÕES COM A ÁFRICA

Neste capítulo serão abordados os aspectos pré-determinados para a atual composição do projeto *Brasil e África: Igualdade de Gênero: Inovações e Potencialidades na Cooperação Sul-Sul Trilateral*, permitindo-se à isso analisar a evolução no histórico do Brasil como um país doador de cooperação internacional, tendo que vista que em primeiro momento o Brasil se insere no âmbito da cooperação internacional como receptor, e ao decorrer da *expertise* adquirida ele dá início rumo a uma cooperação mais horizontal, em que os países são vistos mais como parceiros que "buscam" o desenvolvimento em comum. Discorrendo sobre esse ponto, analisar-se-á o aprofundamento das relações do Brasil com a África e atrelado à isso, a busca conjunta pela efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

3.1 HISTÓRICO DO BRASIL COMO PAÍS DOADOR DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A evolução da cooperação brasileira da qualidade de receptor para a condição de receptor-prestador desdobrou-se entre as décadas de 1950 e 1970, seguindo o padrão histórico da cooperação internacional (ALVES, 2013).

Na década de 1950, o Brasil passa a se programar para receber a cooperação técnica dos países desenvolvidos com a implantação da Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT), até então primeira tentativa de implantação de um "Sistema de Cooperação Técnica Internacional". A CNAT era vinculada ao Itamaraty e composta por representantes governamentais da Secretaria de Planejamento, de Ministérios Setoriais, além do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Esse sistema objetivava o controle da Assistência Técnica recebida pelo Brasil, mas não previa a prestação desta a outros países (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2018).

Fazia-se, pois, necessário coordenar as demandas das instituições brasileiras por conhecimento técnico, designando as preferências, com o intuito de estabelecer parcerias com os países centrais e as agências das Nações Unidas (PUENTE,

2010). Assim, nas duas décadas que se sucederam, o Brasil recebeu cooperação técnica principalmente da Alemanha, Canadá, França, Grã-Bretanha, Itália e Japão, e também do PNUD (CERVO, 2008).

Em 1969, o governo brasileiro realizou uma reforma institucional, sendo delegados à Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) e ao MRE, o intuito de facilitar e integrar o sistema de cooperação técnica, passando a ser os órgãos centrais responsáveis pela sua gestão (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2018). Esse arranjo foi uma das bases para que, a partir de 1973, no governo Médici, o Brasil desse seus primeiros passos como prestador de cooperação técnica ao países latino-americanos e lusófonos da África (PUENTE, 2010). Essa orientação teve aprofundamento no Governo de Ernesto Geisel (1974-1979), no contexto do qual a política externa foi utilizada como um instrumento para alavancar o desenvolvimento no país.

O contexto internacional era de relativo declínio de poder dos EUA, e, em âmbito interno, a crise do milagre econômico brasileiro fez com que a diplomacia brasileira se concentrasse na tradição global-multilateral (LEITE, 2011; PECEQUILO, 2012). Ao Brasil, caberia ultrapassar as fronteiras ideológicas da Guerra Fria, expandindo sua inserção internacional através da aproximação com diversos países, em especial com os países do então chamado terceiro mundo. A cooperação técnica desempenhou, nesse sentido, um relevante papel no adensamento das relações entre o Brasil e os países em desenvolvimento. O crescimento da Cooperação Sul-Sul coincidia com o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) de 1978 (ALVES, 2013).

Na década de 1980, com a séria crise econômica que se estendeu pelo país, o governo de Sarney decidiu dar prosseguimento aos esforços de cooperação técnica por meio de uma reforma estrutural institucional, consubstanciada na criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em 1987, ligada ao MRE por meio do Decreto n. 94.973. Essa reforma trouxe maior dinamismo e versatilidade à cooperação técnica, favorecendo arranjos triangulares com o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), além de outras agências multilaterais, como um meio de contornar as limitações orçamentárias (PUENTE, 2010).

No ano seguinte, em 1989 a “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade” foi inscrita no artigo quarto da Constituição Brasileira como um dos princípios que regem as relações internacionais do país. Na década de 1990, o

processo de expansão e de institucionalização da cooperação técnica internacional brasileira se manteve, porém, a adoção de políticas neoliberais pelo governo Collor, e pelo dois governos de Fernando Henrique Cardoso, fizeram com que o papel do Estado fosse reduzido, fazendo com que a cooperação horizontal fosse pensada cada vez mais, como um instrumento de política externa. Nesse sentido, os países com os quais o Brasil cultivou parcerias, visando intercâmbio de conhecimentos técnicos, esteve ajustado às diretrizes diplomáticas (ALVES, 2013).

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a América Latina foi priorizada na cooperação técnica em relação aos demais países do Sul Econômico, tendo em vista a crescente integração regional que se observava naquela época. Inversamente, a cooperação com os países africanos foi "posta de lado", embora alguns projetos tenham sido realizados com as nações lusófonas do continente, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Segundo Saraiva (2012), os anos noventa se caracterizaram como um período de "longa sonolência" nas relações do Brasil com a África.

Ainda no início dos anos 2000, quando Luís Inácio Lula da Silva chega à presidência, a política externa volta a ser empregada como um instrumento à favor do desenvolvimento (em âmbito econômico e também social). Buscando autonomia e notoriedade no cenário internacional, o país provém uma "diplomacia ativa e altiva" (AMORIM, 2010). É nesse contexto que as Relações Sul-Sul ganham maior destaque, não entrando, contudo, em detrimento das relações com os países do Norte, reforçando, entretanto o resultado da maior projeção internacional alcançada pelo Brasil até então.

As políticas de redução de pobreza via transferência de renda adotadas pelo governo brasileiro naquela época e a clara melhora dos indicadores sociais, conferiu maior legitimidade à cooperação técnica internacional prestada pelo país, pois é de fato nítida a consonância entre os âmbitos internos e externos da política brasileira naquele período (ALVES, 2013).

O aumento da cooperação técnica brasileira foi notabilizado sobretudo, com os países africanos, atribuídos em virtude da alta prioridade atribuída pelo governo Lula. Dessa maneira, 48% dos projetos de cooperação técnica administrados pela ABC foram direcionados para a África, contemplando 36 países. Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola foram as nações africanas que, nessa ordem, mais receberam o compartilhamento de *expertise*

técnica o que demonstra o foco do Brasil nos países de língua portuguesa (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010).

> As áreas de maior concentração da cooperação técnica são agropecuária, saúde, educação e formação profissional, meio ambiente e recursos naturais, administração pública, energia e biocombustíveis, desenvolvimento social, desenvolvimento empresarial, tecnologia da informação e governo eletrônico, transportes, indústria, normalização e metrologia, urbanismo, turismo, defesa civil, entre outros (Puente 2010 p. 123).

3.2 APROFUNDAMENTO E EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES BRASIL E ÁFRICA

Além de ter devolvido ao Itamaraty uma posição estratégica que anteriormente no governo de FHC ocupara apenas parte técnico-burocrática das negociações, formulando a execução da política exterior do Brasil (VIZENTINI, 2005), nos governos de Lula (2003-2011) a política externa brasileira voltou-se ao fortalecimento das Relações com a África, dando ênfase à diversificação de parcerias, através de fins pragmáticos pelo esgotamento do modelo vertical de inserção internacional, sem desconsiderar a aceitação por grande parte da comunidade internacional pelo aspecto ideológico de sua diplomacia solidária.

A ampliação e a horizontalização do diálogo com os países Africanos, tornaram-se premente desde o início do século 21, para se pôr em prática a execução dos propósitos de ambos os colocutores (HIRST E PINHEIRO 1995).

A partir da primeira década do século 21 os laços étnicos e culturais não são visto mais como suficientes para o estreitamento das relações com a África, e a pujança da economia africana e a sua importante demanda por mão-de-obra qualificada, corroboraram para serem um fator adicional a atrair a atenção brasileira.

É importante notar que o governo Lula e sua (re)aproximação com a África, não condiz apenas aos interesses e estratégias de curto prazo, em que o governo inovou na maneira de se abordar o relacionamento bilateral, não mais pelo discurso culturalista, mas pelo comportamento de parceria horizontal, sem pré-conjunturas inegociáveis, em que há um empenho simbiótico de superação de fragilidades sociais de ambas as regiões (SARAIVA, 2004).

No âmbito diplomático, e de acordo com a estratégia que buscava balançear idealismo (laços culturais e políticas sociais) com pragmatismo (concertação política e aumento no fluxo comercial), verificou-se a abertura e/ou reativação de 19 novas

embaixadas em solo africano (JORGE, 2011). Lula foi o presidente que até então mais viajou à África com 32 viagens em seus dois mandatos (em relação ao governo de FHC foram apenas 5) e tendo visitado 21 países africanos (FARIA e PARADIS 2013).

Acresce que, em oito anos de governo, o Presidente Lula permaneceu 55 dias em solo africano e em termos comerciais, as exportações para o continente africano saltaram de US$ 2,9 bilhões para US$ 12,2 bilhões (SARAIVA 2013; VALOR 2013).

Essa nova postura brasileira conciliando com ambas as vertentes da lógica Idealista-Pragmatista, combina o compromisso com uma ordem social e econômica mais justa e solidária, e uma conduta dita "não-indiferente" às chagas que atingem os países menos desenvolvidos, com o pragmatismo das coalizões multilaterais, concordante com o discurso do ex-chanceler Celso Amorim. Neste ambiente idealista-solidário, o governo brasileiro perdoou a dívida africana de alguns países em US$ 1 bilhão. Apenas em Moçambique, em 2004, a renúncia da dívida alcançou o montante de 95% (IPEA, 2010).

Atualmente, observa-se que Moçambique, Angola e os demais países do PALOPS destacam-se como os maiores recebedores dos fluxos de cooperação e investimentos brasileiros. Em um aspecto geral, o Brasil tem parcerias com 42 países no continente africano[12], número relativamente maior do que com a Ásia (incluindo o Oriente Médio) com 23; América do Norte Central e Caribe com 21; América do Sul com 11 e Europa com 3 (FARIAS, 2017).

Em anexo 1 na tabela, é possível analisar um panorama do número de projetos e gastos da cooperação brasileira com os Estados africanos até o ano de 2014.

Outrossim, observou-se pelo IPEA em 2010, o salto quantitativo destinados a projetos de cooperação brasileira para o desenvolvimento na África, sobretudo ao crescimento exponencial à diversidade de temas em atuação, como: Direitos Humanos, desenvolvimento agrícola, educação, energia, políticas sociais, administração governamental e defesa (FARIAS, 2017).

Segundo a Agência Brasileira de Cooperação (2018), a área mais demandada pelo continente africano no campo da Cooperação Sul-Sul nos últimos anos é a

[12] Dos 54 países do continente, o Brasil ainda não realizou parcerias para a CSS apenas com 12: Comores; Djibuti; Eritreia; Etiópia; Guiné; Líbia; Maurício; Níger; República Centro-Africana; Somália; Suazilândia e Sudão do Sul (FARIAS, 2017).

saúde, seguida de agricultura, educação, administração pública e desenvolvimento urbano. “A Cooperação Sul-Sul do Brasil focaliza a formação de recursos humanos, notadamente na "formação de formadores", de modo a garantir a sustentabilidade e a replicação do conhecimento compartilhado” (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO 2018). Pode-se observar no gráfico em anexo 2, a cooperação brasileira representada por segmento de atuação nos anos 2000 a 2014.

No tocante aos recursos mobilizados pelo Governo Brasileiro para a modalidade de Cooperação Trilateral, que seguindo a ABC, é de natureza complementar à Cooperação Sul-Sul bilateral, com governança compartilhada, com valor agregado e vantagens comparativas identificáveis, podendo assumir diferentes tipos de arranjos de implementação envolvendo os chamados PED, países desenvolvidos e/ou organismos internacionais. Esses arranjos podem assumir formatos tais como: Sul-Sul-Sul; Sul-Norte-Sul; Sul-O.I.-Sul e Trilateral +1 (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO 2018). Sucede-se em anexo 3 e 4, gráfico e tabela disponibilizado pelo *site* da ABC.

Nesse quesito, é importante notar que a cooperação técnica brasileira, e no tocante aos projetos em execução ou já executados são importantes caminhos para a realização tanto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, acordado em 2000 e os objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assunto tratado no próximo tópico deste capítulo.

3.3 Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Definidos pela Organização das Nações Unidas nos anos 2000, os Objetivos de Desenvolvimento o Milênio foram aprovados por consenso durante a Cúpula do Milênio, encontro que reuniu 189 nações e 23 organizações internacionais (ORGANIZAÇÃO NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2018). Seus objetivos refletem a preocupação mundial com a sustentabilidade do planeta e com os graves problemas que afetam a humanidade. Constituído por um conjunto de oito objetivos[13] que

[13] Os 8 Objetivos do Milênio são: 1- Acabar com a fome e miséria; 2- Oferecer educação básica de qualidade para todos; 3- Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4- Reduzir a mortalidade infantil; 5- Melhorar a saúde das gestantes; 6- Combater a Aids. a Malária e outras doenças; 7- Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e 8- Estabelecer parcerias para o desenvolvimento (UNICEF, 2018)

deveriam ser alcançados até 2015, eles lidam: com a erradicação da pobreza extrema e da fome, com o acesso à educação primária universal, promoção da igualdade de gênero, redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde materna, combate ao HIV / AIDS e outras doenças, garantia da sustentabilidade ambiental e estabelecimento de uma sociedade global para o desenvolvimento. Esses compromissos foram divididos em 8 prioridades, 21 metas e 60 indicadores (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÃOES UNIDAS, 2018).

A Cúpula do Milênio foi o maior encontro em número de dirigentes mundiais, estando interconectados de maneira ampla e compromissada. Mesmo que o estilo de vida dessas nações fossem extremamente desigual, tanto externamente quanto internamente, os países se juntaram para dar uma resposta à crise internacional, por meio de uma série de prioridades coletivas para a paz e a segurança, para a luta contra a pobreza, meio ambiente e direitos humanos. Essa resposta reverberou na criação dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, sendo que as nações comprometeram-se que, até 2015, “o mundo faria avanços mensuráveis nas áreas mais críticas do desenvolvimento humano” (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2018).

Nota-se que os objetivos foram definidos como parâmetros para medir os resultados alcançados, tanto para os países em desenvolvimento e desenvolvidos, quanto para as instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o PNUD (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2018).

De acordo com o último relatório da ONU acerca dos ODM, resultados foram produzidos em todos o mundo, tendo como exemplos:

- Redução pela metade do número de pessoas que vivem na extrema pobreza;
- Redução pela metade do número de pessoas subnutridas desde 1990;
- Aumento da taxa de matrícula em 91% em relação a 1990;
- Aumento considerável de meninas nas escolas;
- Ampliação da participação política das mulheres;

- Redução em mais da metade na taxa de mortalidade de menores de cinco anos, caindo de 90 para 43 mortes por 1.000 nascidos vivos entre 1990 e 2015;
- Redução em 45% da taxa de mortalidade materna no mundo e melhoria no atendimento às gestantes;
- Redução de cerca de 40% na infecção pelo HIV/AIDS e grandes avanços na redução de mortes por malária e tuberculose;
- Em 2015, 91% da população mundial têm acesso a fontes de água potável, e há esforços para que a camada de ozônio se recupere até meados deste século;
- Além disso, nos últimos 15 anos, o número de celulares ampliou em quase dez vezes e o acesso à internet no mundo: de 6% para 43%

(ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018).

Tendo em vista os avanços alcançados nas metas propostas, como anteriormente referido, e com o fim do prazo para a execução dos ODM, as Nações Unidas dão sequência aos objetivos anteriormente assumidos com a nova proposta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, discutida em 25 de Setembro de 2015, na ONU, por 193 países. Essa nova proposta ficou conhecida como a Agenda 2030 (prazo para erradicação da pobreza em todas as suas formas até 2030), contendo objetivos mais amplos e inclusivos, contemplando as dimensões econômica social e ambiental, definidos no alcance dos 17[14] objetivos e 169 metas. Segundo o Ministério das Relações Exteriores:

[14] Quais são eles: 1) Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; 2) Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 3) Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; 4) Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; 5) Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; 6) Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; 7) Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; 8) Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; 9) Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; 10) Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; 11) Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; 12) Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; 13) Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; 14) Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; 15) Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; 16) Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; 17) Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018).

> Envolvendo temáticas diversificadas, como a erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, e energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES 2018).

Adentrando ao tema proposto no presente trabalho, é importante especificar claramente os objetivos 1, 5 e 17 dos ODS.

O Objetivo 1, traz como tema: “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”, e diz respeito à erradicação da pobreza, onde, nos anos 2000 os países se comprometeram em reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza, e no ano de 2015, foram alcançados ganhos notáveis no desenvolvimento humano, sendo a pobreza reduzida significamente, além do acesso ao ensino básico e os resultados da saúde que melhoraram, bem como progressos observados na promoção da igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres e meninas. No entanto, a eliminação da pobreza extrema ainda é um desafio a ser superado, “com mais de 700 milhões de pessoas vivendo, globalmente, com menos de US$ 1,90 (PPP[15]) por dia e mais da metade da população global vivendo com menos de US$ 8,00 por dia” (AGENDA 2030). A erradicação da pobreza, em todas as suas formas é reconhecido pela Agenda 2030 como o maior desafio global para se atingir o desenvolvimento sustentável, fazendo com o que a grande prioridade devem ser os mais pobres e vulneráveis. A metas específicas do ODS 1 estão dispostos em anexo 5.

Já o Objetivo 5, cuja proposta é: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, onde a conquista desta meta se faz transversal à toda Agenda 2030, refletindo a progressiva visibilidade de que a igualdade de gênero tem resultados propagadores no desenvolvimento sustentável. Muitos avanços foram obtidos em termos de assegurar melhores condições de vida a mulheres e meninas, um legado dos ODM. Os ODS por sua vez, visam fortalecer essas práticas, especialmente no combate às discriminações, violências baseadas no gênero e na promoção do empoderamento de mulheres e meninas, para que

---

[15] Paridade do poder de compra.

possam, por meio da participação na política, economia e nas mais diversas posições de *decision makers*, agir acentuadamente na promoção do desenvolvimento sustentável (AGENDA 2030). A metas específicas do ODS 5 estão dispostos em anexo 6.

No que diz respeito ao Objetivo 17 da Agenda 2030, Parcerias e meios de Implementação cujo lema é “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”, se mostra necessário para a realização dos ODS, um compromisso conjunto de cooperação entre a comunidade internacional e uma parceria global, que inclua todas as áreas e pessoas afetadas pelos processos de desenvolvimento. Segundo a plataforma da Agenda 2030, “Os meios de implementação e as parcerias para o desenvolvimento sustentável são vitais para o crescimento sustentado e para o desenvolvimento sustentável das nações”.

O ODS 17 propõe que a coordenação de esforços na arena internacional é o caminho para a efetiva realização da Agenda 2030. Nota-se também, segundo a Agenda 2030, que a Cooperação Sul-Sul e Triangular, a transferência de tecnologia, o intercâmbio de dados e capital humanos, bem como a assistência oficial ao desenvolvimento são alguns dos pontos primordiais para o alcance dos ODS. A metas específicas do ODS 17 estão dispostos em anexo 7.

Características essas são as que compõem basicamente o objetivo do projeto “Brasil- África Igualdade de gênero: inovações e potencialidades na Cooperação Sul-Sul Trilateral”, que será abordado mais adiante, no próximo capítulo. Para isso faz-se necessário analisar com uma lente mais específica, um panorama acerca dos direitos das mulheres no Brasil e em Moçambique.

4 PANORAMA GERAL DOS DIREITOS DAS MULHERES (BRASIL E MOÇAMBIQUE) e PROJETO BRASIL-ÁFRICA COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL

O presente capítulo pretende, inicialmente, traçar um panorama geral dos direitos humanos no Brasil e em Moçambique, mais especificamente, no que se refere aos direitos das mulheres, e, posteriormente, descrever um projeto de cooperação internacional na área de promoção dos direitos das mulheres entre Brasil, Moçambique e Organizações Internacionais, notadamente as Nações Unidas e o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) de forma a destacar uma ação de cooperação trilateral.

4.1 PANORAMA DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Abordando um panorama geral no que diz respeito aos Direitos Humanos de mulheres e meninas no Brasil, e tendo em vista sua dimensão continental, com mais de 200 milhões de habitantes, é assinalado que 51% da população brasileira é composta por mulheres (Censo 2010). Enquanto a fecundidade caiu em 1970 de 6,3 filhos por mulher para 1,9 em 2010 (Censos 1970 e 2010), a expectativa de vida da população, por sua vez, subiu: 78,8 anos para as mulheres e 71,6 anos para os homens (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014). Todos estes fenômenos contribuem para a configuração e tamanho das famílias, com o aumento de domicílios urbanos e rurais chefiados por mulheres.

No Brasil em 2016, as mulheres se dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas). Na Região Nordeste, verifica-se maior desigualdade da distribuição de horas relativas ao trabalho doméstico, em que as mulheres dedicam cerca de 80% a mais de horas do que os homens, alcançando 19 horas semanais.

No tocante ao indicador por cor ou raça, as mulheres negras são as que mais exerceram ocupação com carga horária reduzida (mulheres que necessitam conciliar trabalho remunerado com afazeres domésticos e cuidados), alcançando 31,1 % do total, enquanto 25,0% das mulheres brancas se ocupam desta forma, em 2016.

Em relação aos rendimentos médios do trabalho (CMIG 13[16]), as mulheres seguem recebendo cerca de ¾ em relação aos homens. A permanência desta desigualdade pode estar relacionada com a segregação ocupacional e discriminação salarial das mulheres no mercado de trabalho, segundo uma ampla bibliografia e parâmetros divulgados em relação às desigualdades de inserção ocupacional das mulheres. Nesta comparação, os resultados apontam que o diferencial de rendimentos é mais elevado na categoria de ensino superior completo ou mais, em que as mulheres receberam 63,4% a menos do que os homens em 2016 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

Na educação, constata-se a desigualdade entre mulheres por cor ou raça que possuem ensino superior completo, em que os percentual de mulheres brancas é mais do que o dobro do calculado para as mulheres negras ou pardas, isto é, 2,3 vezes maior. O grupo que apresenta os piores resultados educacionais com níveis de instrução mais baixos somados às desigualdades por cor ou raça, estão com os homens pretos ou pardos, evidenciando uma situação ainda mais iníqua, na medida em que o percentual das mulheres brancas (23,5%) é mais que o triplo daquele encontrado para os homens pretos ou pardos (7,0%) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

Já a participação na vida pública, apesar da legislação brasileira prever cotas eleitorais para as mulheres, e com a Lei n. 12.094 de 29/09/2009 tornando-as obrigatórias, de modo que haja no mínimo de 30% e máximo de 70%, o percentual de cadeiras ocupadas por mulheres em exercício no Congresso Nacional era de 11,3% em Dezembro de 2017 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018).

No que diz respeito à violência contra mulheres e meninas, e que ainda é um fenômeno que acontece em todo o mundo, segundo as Nações Unidas no Brasil, esse fenômeno é:

> Compreendido como qualquer ato de violência baseado no gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual, ou psicológico para as mulheres, esse tipo de violência abarca ameaças, coação ou

[16] Os parâmetros utilizados para a construção dos indicadores nacionais estão baseados no Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero - CMIG (Minimum Set of Gender Indicators - MSGI), organizado pela Comissão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Commission) em 2013, para ser usado por países e regiões na produção nacional e harmonização internacional de estatísticas de gênero. Os indicadores foram organizados em cinco domínios: 1. Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos; 2. Educação; 3. Saúde e serviços relacionados; 4. Vida pública e tomada de decisão; e 5. Direitos humanos das mulheres e meninas (IBGE, 2018).

> privação arbitrária de liberdade das mulheres- seja na vida pública, seja na vida privada. Ele se configura, ainda, pela interação com outros fatores de desigualdade, como orientação sexual, etnia, raça e identidade de gênero. A forma mais extrema de violência contra a mulher é o feminicídio, ou seja quando a morte de mulheres se deve a condições do sexo feminino, podendo ser resultante de violência doméstica e familiar, menosprezo e discriminação da mulher por razões do sexo feminino (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2016).

Em todas as fases da vida, mulheres e meninas estão mais expostas a todas as formas de violência - psicológica, física e sexual -, manifestando-se como um ponto de convergência das dimensões de raça, gênero, etnia, situação socioeconômica, orientação sexual, fase do ciclo de vida e status migratório - e cuja expressão máxima é o feminicídio, ou seja, a morte de mulheres devido a condições do sexo, podendo ser resultado de violência doméstica e familiar, como também discriminação por razões do sexo feminino (ORGANIZAÇÃO NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2016).

A respeito das mais diversas formas de violência cometida contra as mulheres, vale ressaltar que o Brasil possui lei de violência doméstica e familiar, a Lei n. 22.340 de 07/08/2006, amplamente conhecida como Lei Maria da Penha. No ano de 2015 o Disque 180[17], central de atendimento às mulheres, divulgou um aumento de 129% no número total de relatos de violências sexuais (estupro, exploração sexual ou assédio, representando uma média de 9,53 registros por dia[18]). Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública registraram mais de 45 mil casos de estupro em 2015, uma redução de 10% em relação a 2014. Os números são referentes a estupros de mulheres e homens[19], apesar das mulheres representarem 89% do total segundo registro do SINAM[20] (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2016).

---

[17] Recebe denúncias de violência, reclamações sobre os serviços de rede de atendimento à mulher e que fornece orientação sobre direitos das mulheres e a legislação (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018).

[18] 1 Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Datafolha, “#APolíciaPrecisaFalarSobreEstupro, Percepção sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas nas instituições policiais” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2016).

[19] Desde 2009 a tipificação de estupro inclui a agressão a homens (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2016).

[20] Sistema Nacional de Atendimento Médico – Sinam. Agência Patrícia Galvão, “Dossiê Violência Contra as Mulheres, Violência Sexual”, Disponível em: http://www. agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/ violencias/violencia-sexual/

No tocante às políticas públicas, o Cadastro Único, que é a maior base de dados da população assistida por políticas integradas de inclusão no Brasil, informou em 2015 que os projetos integrantes do Plano Brasil Sem Miséria alcançavam mais de 80 milhões de brasileiros. No final de 2014, o Cadastro único confirmou que 88% das famílias inscritas são chefiadas por mulheres, e 68% dessas famílias são chefiadas por mulheres negras (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AS MULHERES, 2016).

No Brasil, os direitos humanos são garantidos pela constituição Federal de 1988, na qual são assegurados os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais dos cidadãos. Essas garantias aparecem logo no artigo 1º, onde é estabelecido o princípio da cidadania, da dignidade humana e os valores sociais do trabalho. No artigo 5º é garantido direito à vida, à privacidade, à igualdade, além de outros importantes direitos fundamentais, sejam eles individuais ou coletivos (POLITIZE, 2018).

Mesmo que a Constituição de 1988 seja o marco mais evidente dos Direitos Humanos no Brasil, eles já apareciam anteriormente, até mesmo em outras constituições.

No que tange os Direitos das Mulheres, foram marcos internacionais importantes: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), as Conferências Mundiais sobre as Mulheres realizadas pela ONU (Organização das Nações Unidas), a adoção da (CEDAW) Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Plataforma de Ação de Beijing (1995), além dos ODM e ODS (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

Os direitos fundamentais resguardados pela atual constituição colocam o Brasil como um dos países com o mais completo ordenamento jurídico em relação aos direitos humanos. Com isso, os direitos humanos tornaram-se um compromisso do Governo Federal e hoje são conduzidos como uma política pública (POLITIZE, 2018).

4.2 PANORAMA DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

No que se refere a Moçambique, os Direitos Humanos são previstos pela Constituição aprovada em 16 de Novembro de 2004. No qual consta no artigo 11 alínea e:

O Estado moçambicano tem como objectivos fundamentais:

e) a defesa e a promoção dos direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei (MOÇAMBIQUE, 2004)

Moçambique tem uma população estimada em pouco mais de 25 milhões de habitantes, e, segundo as projeções feitas com base na fecundidade média do país, no ano de 2030 a população se aproximará de 41,4 milhões de pessoas (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2016). Segundo dados do PNUD[21] 52% da população Moçambicana é composta por mulheres e jovens. Metade destes têm menos de 15 anos, pois o país tem alta taxa de natalidade e mortalidade (INE, 2015). Enquanto que a esperança de vida em anos para as mulheres é de 56.5 anos, para os homens é de 53,6 anos.

Moçambique está localizado na 181º posição no ranking de Desenvolvimento Humano, ranking que classifica 188 países além de outros territórios (HUMAN DEVELOPMENT, 2016).

No território moçambicano as zonas rurais concentram 67,8% da população, e cerca de 40% da população total concentra-se nas cidades de Nampula e Zambézia, ao passo que as cidades de Maputo (capital do país), Niassa e Gaza comportam os menores índices populacionais: apenas 6% cada. Entre os anos de 2001 e 2014, Moçambique obteve um crescimento real do Produto Interno Bruto de 7,5%, porém seus índices de pobreza não reduziram, estimados em 54% entre 2008 e 2009. Dados estimam que 54,7% da população de Moçambique vivem abaixo da linha da pobreza e 68,7% vivem com menos de US$ 1,90/dia (BANCO MUNDIAL, apud PNUD, 2016).

> A pobreza é maior nas zonas rurais (57%), ao passo que o Índice de Desenvolvimento Humano para 2016 apontava que à época do início do Projeto Brasil-África, 70,2% da população viviam em pobreza multidimensional, ou seja, independente do nível de rendimento, a maior parte da população pode não ter acesso a serviços básico, tais como

[21] O último censo populacional em Moçambique foi realizado em 2007. Em agosto último, foi realizada uma nova coleta de dados censitários e seu processamento ainda não foi concluído. Assim, encontramos variações nas estimativas populacionais, feitas com base em projeções. Adotamos a mensuração do INE, responsável pelas estatísticas oficiais do país. Segundo o relatório mais recente do PNUD sobre Desenvolvimento Humano, a população estimada seria maior: 28 milhões de habitantes. (N.A.) (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; ONU MULHERES, 2017).

> saúde, proteção social e educação (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; ONU MULHERES, 2017 p. 32).

Entre os 159 países que mensuram a Desigualdade de Gênero[22] em três dinâmicas do IDH, nos quais são avaliados a saúde reprodutiva, empoderamento (autonomia) e atividade econômica, Moçambique ocupa a 139ª posição segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2016).

Já o trabalho doméstico e a agricultura são as áreas que empregam o maior número de mulheres, fora o pequeno comércio em que há um equilíbrio de gênero, as demais ocupações apresentam disparidade em favor dos homens. Do total de empregos remunerados e não agrícolas, somente 33% são ocupados por mulheres (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2016).

Sobre a taxa de desemprego entre a população economicamente ativa, com algum nível de escolaridade que traduz-se em 21% da população, a mesma representa cerca de 20% para os homens e 23% para as mulheres (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍTISCA, 2015)

No tocante à violência contra a mulher, dentre as moçambicanas, entre 15 e 49 anos, 25% delas afirmam ter sofrido violência física repetidas vezes no espaço de um ano (IDS 2011), e durante o mesmo período, 7% das mulheres na mesma faixa de idade reportaram ter sofrido violência sexual mais de uma vez, observando-se que há uma variação entre as zonas rurais (6,4%) e as zonas urbanas (com 7,9%) (INE; MISAU; USAID, 2013).

Ainda segundo dados do IDS (2011), entre as mulheres em união em Moçambique, 45% já sofreram violência pelo marido ou companheiro ao passo que entre as mulheres solteiras, 16% apontaram como autor da violência o namorado atual ou antigo. Essa proporção é ainda maior entre as mulheres que nunca se casaram (63%) do que entre aquelas ainda casadas ou unidas (10%) (INE; MISAU; USAID, 2013).

Segundo avaliação do Relatório do IDH de 2016, que examina indicadores relacionados às desigualdades de gênero, 23% das mulheres com idades entre 15 e 49 anos e 20% dos homens da mesma faixa etária (PNUD, 2016), consideram justificável que o marido cometa violência física ou psicológica, por motivos que vão desde a mulher deixar a comida queimar ou se recusar a fazer sexo com ele. Esse

[22] Índice 2015 (UNDP, 2016)

tipo de atitude de aceitação é mais frequente nas áreas rurais do que em áreas urbanas, segundo o Inquérito de Indicadores Múltiplos MICS 2008. Entre 2013 e 2015 mais de 20.000 casos de violência doméstica, com ressalto à violência contra mulheres e crianças, foram denunciados à polícia (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2016).

O país, tem a 10ª maior taxa de casamento infantil do mundo. Dados do inquérito Demográfico e de Saúde (DHS) em 2011 indicam que 48% das mulheres com idade entre 20 e 24 anos casaram antes dos 18 anos e 14% antes dos 15 anos. No que diz respeito à gravidez precoce dados indicam que 8% de meninas adolescentes tiveram seu primeiro filho antes dos 15 anos e 40% antes dos 18 anos. Moçambique também está em alerta em relação à prevalência do HIV entre adultos de ambos os sexos compreendidos entre os 15 e os 49 anos. De acordo com o IMASIDA (2017), os casos de HIV aumentaram de 11,9% (2009) para 13,2% em 2015 no total, ao passo que o sexo feminino tem maior prevalência nos casos com 15,1% contra 10,1% dos homens (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA 2016).

Os atos femininos de Moçambique em prol de melhores condições de vida remetem a um passado de mobilização em favor da independência nacional e da inclusão da emancipação das mulheres na agenda dos movimentos nacionalistas. À exemplo da greve de Buzi (1947), que contou com 7.000 mulheres na greve ao cultivo de algodão, queimando as sementes e participando de outras ações contras as concessionárias algodoeiras. Foi a partir daí que elas obtiveram a isenção desse trabalho para as grávidas e mães com crianças até 4 anos de idade. Posteriormente, ativistas moçambicanas tanto rurais quanto urbanas tiveram um papel importante na causa da independência do país agindo na propaganda anticolonialista e da organização de estudantes nas cidades de Maputo e Xai-Xai (ISAACMAN; STEPHAN, 1984).

Com a participação ativa na luta da libertação nacional, as mulheres conquistaram postos de alto nível nos governos independentes e na Assembleia Nacional. Isso traduz, atualmente uma elevada participação feminina na política, localizando Moçambique no 11º lugar no ranking da União Interparlamentar, que estima a participação de mulheres no parlamento em 193 países[23]. Uma última

[23] Com base em dados fornecidos pelos respectivos parlamentos nacionais.

apuração feita em Agosto de 2017, apontava que as mulheres ocupavam em torno de 40% as cadeiras nas casas legislativas[24].

Embora persistem diversos problemas relacionados às desigualdades de gênero no país, a alta taxa feminina no parlamento contribuem significativamente para inúmeros avanços recentes nessa temática, como a Lei nº 29/2009 que trata da Violência Doméstica praticada contra a Mulher.

Estando o Governo de Moçambique comprometido, portanto, com a implementação de políticas públicas que amparem a promoção de transformações na conjuntura de vida das mulheres, visto que é signatário de acordo internacionais - exemplos disso são a Plataforma de Beijing[25], do Protocolo CEDAW e da Política de Gênero da Comunidade da África Austral e, com a realização de projetos de cooperação internacional, como a parceria trilateral entre Brasil, ONU e Moçambique, busca-se garantir à população (em especial às mulheres) uma vida digna, sendo possível exercer, com autonomia, todas as potenciais capacidades e competências dessa população, em distintos âmbitos da vida social, cultural, política e econômica, como se verá.

Assim, são exemplos do marco legal em prol dos direitos das mulheres e meninas em Moçambique: A Constituição da República de Moçambique; os principais documentos de planejamento e gestão, como o Programa Quinquenal do Governo - PGP 2015-2019; o Plano Econômico Social - PES e o Plano de Ação para a Redução da Pobreza - PARP, nos quais o fomento à igualdade de gênero é priorizada seja como princípio seja como um fator de desenvolvimento (MINISTÉRIO DE GÉNERO, CRIANÇA E ACÇÃO SOCIAL, 2016).

O próximo tópico do capítulo abordará, o desdobramento do *Projeto Brasil África, Igualdade de Gênero: Inovações e Potencialidades na Cooperação Sul-Sul Trilateral* como exemplo de ação de cooperação trilateral entre Moçambique, Brasil e Organizações Internacionais, notadamente as Nações Unidas e em prol dos direitos das mulheres.

---

[24] Disponível em: http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm. Acesado em: 15, set 2017

[25] Ocorrida em 1995 durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher com tema central “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz na China, a Plataforma de Ação de Pequim afirmou os direitos das mulheres como Direitos Humanos e se compromete com ações específicas para garantir o respeito a esses direitos. Para a ONU, a transformação fundamental em Pequim foi o reconhecimento da necessidade de focar no conceito de gênero, em que todas as relações entre homens e mulheres dentro dela tiveram que ser reavaliados, e as mulheres obter plenos poderes para tomar o seu lugar de direito como parceiros iguais ao dos homens em todos os aspectos da vida (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; ONU MULHERES, 2017).

4.3 A COOPERAÇÃO TRILATERAL: BRASIL; MOÇAMBIQUE E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS (ONU E DFID)

O Projeto foco deste trabalho denomina-se: “Projeto Brasil e África: lutar contra a pobreza e empoderar as mulheres via Cooperação Sul-sul”, que envolveu os governos de Brasil e Moçambique, no útimo biênio (2015-2017), tendo como objetivo principal contribuir para a promoção da igualdade de gênero e superação da pobreza, em Moçambique. O referido projeto promoveu a análise de dispositivos legais, políticas públicas, programas e instituições para a promoção da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres no Brasil nos últimos 20 anos, com vistas a impulsionar a troca de experiências e o diálogo com Moçambique, marcando a celebração dos 20 anos da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing[26].

Levando em consideração o Plano de Ação para a Promoção da Igualdade e Equidade de Gênero (2014-2016) da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), foram identificados, em parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres do Brasil, políticas, programas, instituições além da legislação que rege o projeto. No mais, o reconhecimento de boas práticas, buscou atender a necessidade de Moçambique por cooperação no que diz respeito às questões envolvidas pelo projeto: proteção social, enfrentamento à violência contra o gênero feminino e empoderamento econômico. Como já foi mencionado, projeto está contido no arcabouço dos ODS no âmbito da Agenda 2030, envolvendo os Governos de Brasil e Moçambique, e com o apoio técnico do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e da ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, tendo ainda o apoio financeiro do Governo do Reino Unido.

A partir dessa parceria inovadora, no qual estabeleceu-se na modalidade de Cooperação Sul-Sul e nos termos cunhados pelos princípios listados na Resolução

[26] A IV Conferência Mundial sobre a Mulher - Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz, realizada em 1995 em Beijing, China, discutiu os avanços obtidos desde as conferências anteriores (México, 1975; Copenhague, 1980; e Nairobi, 1985). A Declaração e Plataforma de Ação aprovadas no encontro são um guia abrangente para orientar governos e sociedade no aperfeiçoamento do marco legal, na formulação de políticas e na implementação de programas para promover a igualdade de gênero e evitar a discriminação (UNFPA BRASIL, 2018).

nº 62/222 da Assembleia das Nações Unidas[27], buscou promover diálogos horizontais entre os diferentes atores envolvidos, contribuindo por sua vez para o fortalecimentos do ODS 17, no qual é observado também, o marco da Cooperação Sul-Sul, articulando-se de maneira trilateral envolvendo além de entidades das Nações Unidas, um parceiro doador do Norte Global (Reino Unido) (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; ONU MULHERES, 2017).

Na parte brasileira do projeto, houve a atuação da coordenação das ações das instituições brasileiras cooperantes em cada uma dessas etapas do desenvolvimento do Projeto Brasil e África. Envolvendo atores como o Ministério das Relações Exteriores – representado pela Agência Brasileira de Cooperação e Embaixada do Brasil em Moçambique; Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas para Mulheres; Ministério do Desenvolvimento Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Da parte de Moçambique, o Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC) fez as mediações iniciais, essencial à viabilização do projeto.

Finalizados tais acordos, coube ao Ministério de Gênero, Criança e Ação Social de Moçambique[28], articular, propiciar e/ou apoiar a realização das missões brasileiras no país, mobilizando gestores e equipes técnicas com o suporte dos locais especializados em gênero em cada instituição.

No tocante à parceira da ONU, ela se deu através do Fundo de População das Nações Unidas e ONU Mulheres, que atuaram em conjunto com a incumbência de assegurar o aporte técnico e supervisão das ações, além de prover a estrutura logístico-operacional.

A complexidade observada na arquitetura da ação do projeto se revela quando se reúne os diversos atores:

[27] Expressas no Documento final de Nairobi da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperaçãao Sul-sul realizada em 2010. Disponível em: http://dag.un.org/bitstream/handle/11176/147070/A_RES_64_222-EN.pdf?sequence=3&isAllowed=y Acesso em 21, maio, 2018.

[28] Responsável pela elaboração e coordenação de implementação das políticas de gênero

Governo do Brasil | Government of Brazil

Ministério das Relações Exteriores - Agência Brasileira de Cooperação e Embaixada do Brasil em Moçambique; Ministério da Saúde; Secretaria de Políticas para Mulheres; Ministério do Desenvolvimento Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ministry of Foreign Affairs - Brazilian Cooperation Agency and Embassy of Brazil in Mozambique; Ministry of Health; Secretariat of Policies for Women; Ministry of Social Development; Brazilian Institute of Geography and Statistics; Institute of Applied Economic Research

Governo de Moçambique | Government of Mozambique

Ministério de Género, Criança e Acção Social; Ministério de Saúde de Moçambique; Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos; Ministério do Interior; Instituto Nacional de Estatística

Ministry of Gender, Child and Social Action; Ministry of Health of Mozambique; Ministry of Foreign Affairs and Cooperation; Ministry of Justice, Constitutional and Religious Affairs; Ministry of Internal Affairs; National Statistics Institute

Organismos das Nações Unidas | United Nations Agencies

ONU Mulheres, Fundo de População das Nações Unidas; Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, Nações Unidas; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UN Women, United Nations Population Fund; International Policy Center for Inclusive Growth, United Nations; United Nations Development Program

Department for International Development - DFID

Fonte: *Projeto Brasil e África: lutar contra a pobreza e empoderar as mulheres via Cooperação Sul-Sul*, s/d..
Source: Brazil and Africa Project: fighting poverty and empowering women through South-South Cooperation, *s/d*.

Segue em anexo 8 linha do tempo de como sucedeu-se a criação e implementação do projeto[29].

4.3.1 Objetivos da Cooperação

A definição dos objetivos e sua transposição em um plano de ação foram ajustados aos princípios de horizontalidade e protagonismo dos países da CSS, obtendo como objetivos principais:

1- Contribuir para o fortalecimento das capacidades institucionais das autoridades de Moçambique para dar respostas intersetoriais e integradas e enfrentar a violência de gênero. (Cujo objetivos específicos estão dispostos em anexo 9);

2- Apoiar a mobilização social e a participação comunitária, em especial de líderes mulheres, em resposta à violência de gênero e empoderamento econômico das mulheres. (Através do fomento à articulação de mulheres rurais da CPLP);

3- Promover as capacidades institucionais das autoridades nacionais de Moçambique para a formulação e implementação de políticas públicas e estratégias

[29] A Partir desse tópico todas as informações destacadas foram tiradas do projeto em questão: Projeto Brasil – África Igualdade de gênero: Inovações e Potencialidades na Cooperação Sul-Sul Trilateral. Disponível em: <http://unfpa.org.br/Arquivos/cooperacao-igualdade-genero.pdf>

de promoção da autonomia econômica das mulheres (Objetivos específicos a este tópico estão mencionados em anexo 10).

Os objetivos específicos apresentados em anexos 9 e 10 foram um desdobramento da segunda visita da delegação brasileira de técnicos, da UNFPA e da ONU Mulheres em Moçambique, que propiciou um diálogo entre os órgãos competentes do governo que integram o Mecanismo Multissetorial de Atendimento Integrado à Mulher Vítima de Violência. Esse encontro propiciou também, o estabelecimento de um cronograma de ações implementadas em 2016 e 2017.

4.3.2 Estratégias de Implementação

Para dar vida aos princípios e atingir as metas anteriormente delimitadas, um plano de ação foi acordado entre os diferentes atores envolvidos na iniciativa, tendo como pano de fundo o marco da Cooperação Sul-Sul. Todas as trocas e elos amparados pelo projeto foram viabilizados por uma gama de práticas de diferentes naturezas, sendo elas:

1- Registo e divulgação de políticas e boas práticas;

O projeto promoveu a documentação de arranjos, políticas e ações institucionais já desenvolvidos pelos governos de Brasil e Moçambique, incentivando a troca de informações entre os parceiros do projeto e a disseminação de experiências[30] em espaço de interlocução e debates.

2- Seminários e oficinas com espaços de treinamento sensibilização e diálogo promovidos ou apoiados pelo projeto com diversas oficinas sobre:

a) Igualdade de gênero para integrantes do Ministérios de Gênero, Criança e Ação Social e do Conselho Nacional para o Avanço da Mulher (Maputo);
b) Situação da Mulher Rural nos Países da África e nos Países de Língua Portuguesa (CPLP);

[30] Tais experiências são: a) Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social; b) Políticas públicas de empoderamento econômico para mulheres: projeto Cooperação Sul-Sul Brasil Moçambique; c) Políticas públicas e enfrentamento da violência contra as mulheres: projeto Cooperação Sul-Sul Brasil Moçambique.

c) Oficinas de treinamento entre pares para a atenção a mulheres e adolescentes vítimas de violência de gênero, para profissionais de Saúde, Assistência Social, Segurança Pública e Justiça;
d) Seminário Internacional *Transformar economias, realizar direitos: oportunidades e desafios;*
e) Painel de Alto Nível na 60ª Sessão da Comissão da Condição da Mulher das Nações Unidas (CSW60, Nova York);
f) Primeiro Fórum Municipal sobre Gênero, Cultura, Segurança Urbana e Política para Raparigas (Maputo);
g) Cinco mesas redondas de alcance comunitário no contexto da *Campanha 16 Dias pelo Fim da Violência contra as Mulheres (Moçambique)*;
h) Seminário de Encerramento: *Parcerias inovadoras em Proteção Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Gênero: Moçambique, Brasil, ONU e DFID*

Disposto em anexo 11, estão as concepções que visaram reforçar a realização de marcos nacionais e internacionais de direitos das mulheres e à luta contra a violência de gênero, tais como Manual de treinamento entre pares e a identificação e compilação de indicadores para o estabelecimento de linha de base para monitoramento dos ODS, CEDAW, Plataforma de Beijing, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), PNAM, PNPCVCM e National HIV and AIDS Strategic Plan (PEN IV) em Moçambique (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; ONU MULHERES, 2017).

4.3.3 Impactos e Lições Aprendidas

Ao considerar os impactos das ações representadas, dois desafios já apresentados nos debates sobre cooperação para o desenvolvimento se impõem: por um lado, há pouco consentimento sobre a eficácia dos métodos de monitoramento e a análise de ações no campo de *advocacy* e diálogo político[31]; por outro, o monitoramento e a avaliação em Cooperação Sul-Sul são ainda recentes e crescem à medida que este marco operativo ganha espaço (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; ONU MULHERES, 2017).

[31] Para as particularidades de monitoramento e avaliação de ações de advocacy, ver o manual "Monitoring and Evaluating Advocacy" Disponível em: https://www.unicef.org/evaluation/files/Advocacy_Toolkit_Companion.pdf

Em ambos os casos, a comunidade de prática[32] destaca a importância de adotar uma visão de longo prazo - muito além da fase de andamento do projeto e, também um futuro impacto ("resultado" ou "produto" na linguagem dos projetos) fruto das ações desenvolvidas, sem que seja provável conferi-los tão somente à esta ou aquela ação.

Portanto, partindo de tais considerações, é importante notar que os resultados apresentados são vistos como contribuições preliminares e parciais, que somente ganham sentido se percebidos em uma conjuntura mais ampla de esforços tanto do governo quanto da sociedade civil.

Quanto ao impacto previsto e respectivos objetivos do Projeto Brasil e África têm-se:

Impacto: Aumento da capacidade de Moçambique de promover a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, inspirados pelas experiências brasileiras relevantes.

- Objetivo 1[33]: Contribuir para o fortalecimento das capacidades institucionais das autoridades de Moçambique para dar respostas intersetoriais e integradas e combater a violência de gênero;
- Objetivo 2[34]: Apoiar a mobilização social e a participação comunitária, em especial de líderes mulheres, em resposta à violência de gênero e empoderamento econômico das mulheres;
- Objetivo 3[35]: Promover as capacidades institucionais das autoridades nacionais de Moçambique para a formulação e implementação de políticas públicas e estratégias de promoção da autonomia econômica das mulheres.

---

[32] Aqui entendida como o conjunto de especialistas que vêm se dedicando a este debate de monitoramento e avaliação em ações de *advocacy*.

[33] Relacionados ao Objetivo 1 têm-se:a) Políticas brasileiras e moçambicanas para eliminação da violência contra mulheres documentadas e disseminadas b) Metodologia de treinamento entre pares para sensibilização em atenção integrada e humanizada a mulheres e adolescentes vítimas de violência de gênero elaborada e 80 pontos focais do Governo de Moçambique treinados.

[34] Relacionados ao Objetivo 2: a) Agenda global de mulheres rurais elaborada; b) Ações comunitárias de sensibilização e comunicação realizadas no âmbito da *Campanha 16 dias de Activismo sobre a Violência praticadas contra Mulheres e Raparigas.*

[35] Relacionados ao Objetivo 3: a) Visibilidade das agendas de políticas para empoderamento econômico das mulheres ampliada no interior do governo de Moçambique e marco de políticas nacionais aprimorado; b) Impactos das políticas de autonomia econômica para mulheres no Brasil avaliados e boas práticas do Brasil e de Moçambique identificadas e disseminadas; c) Capacidades do Governo de Moçambique de monitorar marcos normativos nacionais e internacionais de igualdade de gênero ampliada.

As atividades envolvidas no Projeto Brasil e África envolveram um grande número de pessoas em sua execução, mas também como beneficiários diretos, cujas iniciativas, por um lado tem potencial para reduzir os efeitos nocivos da violências contras as mulheres e meninas, e por outro, favoreceram o empoderamento econômico das moçambicanas (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; ONU MULHERES, 2017).

O quadro disposto em anexo 12, trás um panorama dessa participação direto por atividade.

4.3.4 Lições Aprendidas

A realização da Cooperação Sul-Sul para a promoção da igualdade de gênero traz a reflexão sobre as parcerias e os arranjos de coordenação, podendo servir de inspiração para iniciativas futuras. Pois, a Cooperação Sul-Sul enquanto plataforma para promover a igualdade de gênero e direito das mulheres, contribui para se alcançar os objetivos estabelecidos no escopo da Agenda 2030,

Os resultados do projeto sugerem que a CSS pode ser considerada um tema de destaque para países tanto de renda baixa, como média e alta, possibilitando um amplo espectro de parcerias (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; ONU MULHERES, 2017)

Essa articulação de diversos atores de diferentes natureza e em âmbito nacional e internacional requer um conhecimento do contexto entre os países parceiros, além de um detalhamento das demandas e a construção de objetivos e planos de trabalho comuns. Esse processo revelou-se bastante extenso, sendo necessário observar as vastas durações das ações em iniciativas futuras (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; ONU MULHERES, 2017).

Portanto, é válido argumentar que investimentos em articulações de CSS e sua disseminação junto aos mais diversos órgãos e ministérios, contribuem para gerar uma maior sinergia entre os atores, conferindo continuidade e progresso na implementação das ações previstas. De todo modo, algumas das complexidades notadas na CSS para a promoção da igualdade de gênero oferecem oportunidades para criar soluções multifacetadas e sustentáveis para problemas que todos os países ainda enfrentam, seja em maior ou menor escala, contribuindo assim, para uma maior visibilidade e reafirmação de compromissos assumidos em esfera

nacional e internacional (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; ONU MULHERES, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conceituação da Cooperação Internacional surgiu no pós 2ª Guerra Mundial, juntamente com as primeiras tentativas de estabilizar o Sistema Internacional, e com a criação das Nações Unidas que procurou normatizar um cenário de desarmonia entre os Estados.

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento apesar de, em sua origem, remeter apenas aos arranjos Norte-Sul, atualmente abrange arranjos mais lineares, adotando a prática de “parceria” e não mais de “auxílio” ou “ajuda”, mesmo que alguns países (notadamente tradicionais doadores), ainda utilizem esse termo.

Nesse contexto, a Cooperação Sul-Sul Trilateral é reconhecida como um desdobramento da Cooperação Sul-Sul, que, em linhas gerais, se faz por meio de compartilhamento de conhecimentos, competências e recursos entre países e Organizações Internacionais, com o objetivo conjunto de desenvolvimento.

Tendo como pano de fundo a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e a agenda dos direitos humanos - que igualmente amparam-se nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - o presente trabalho teve como propósito descrever ação conjunta de Cooperação Triangular Sul-Sul entre Brasil, Moçambique e Organizações Internacionais (notadamente a Organização das Nações Unidas e o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido), especificamente na área dos Direitos da Mulher.

Foi observado que a complexidade de atores envolvidos promoveram maior comunicação entre os mesmos, em prol de uma agenda conjunta, bem como à complexidades dos arranjos institucionais necessários para a elaboração de ações desta estrutura. Se em meio nacional, os programas desta natureza de igualdade de gênero por si só necessitam de articulação e um conjunto de órgãos governamentais diversos como educação, saúde assistência social, sistema de justiça e segurança pública, os desafios se intensificam quando as ações envolvem contrapartes de outro governo. Neste sentido, são envolvidos os órgãos de Relações Exteriores, atuando na coordenação das ações e impulsionando o envolvimento de diferentes ministérios desde o mais alto nível. Esforços esses que podem beneficiar não

somente as iniciativas em âmbitos internacionais, como também impulsionar abordagens em vários setores em nível nacional.

Esse tipo de projeto interfere diretamente na vida de mulheres e meninas que são uma parcela realmente siginificante da população e em assuntos cada vez mais debatidos em âmbito internacional. A sociedade civil não só foi beneficiário direito do projeto como também ajudou na realização da mesma, com as palestras e workshops.

Porém, como se trata de um Projeto recente, tendo o seu final sido registrado em Dezembro de 2017, não foram encontrados avaliações realizadas por outros órgãos competentes que pudessem analisar externamente os impactos diretos do projeto. Por esse motivo, o presente trabalho realizou pesquisa descritiva, visando demonstrar, por meio de documentos e relatórios oficiais, as principais atividades que envolveram o arcabouço prático do projeto e os resultados pretendidos.

Assim, respondendo à pergunta do trabalho inicialmente colocada: “em que medida a cooperação internacional, mais especificamente a cooperação trilateral, pode ser executada de forma a favorecer agendas comuns entre os países, e, no caso específico, na promoção dos direitos das mulheres em Moçambique?”, notou-se que a Cooperação Sul-Sul Trilateral, fazendo valer-se de diversos tipos e formas, busca acompanhar a variedade de atores e temas no contexto do cenário internacional, tendo como objetivo primordial a busca pelo o desenvolvimento socioeconômico, por meio da parceria e horizontalidade.

REFERÊNCIAS

AGENDA 2030. **Plataforma agenda 2030**. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/>. Acesso em: 17 maio. 2018.

ALMEIDA, C. **Saúde, política externa e cooperação sul-sul em saúde:** elementos para a reflexão sobre o caso do Brasil. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/895sg/pdf/noronha-9788581100159-08.pdf> Acesso em: 04 abr. 2018.

ALVES, Leonardo Pace. **A cooperação técnica triangular e o papel do INMETRO.** Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais | e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262| v.2, n.4, Jul-Dez 2013 | p.123-146

AMORIM, Celso. **Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010):** an overview**.** *Revista brasileira de política internacional*. 2010, vol.53, n.spe, p. 214-240.

AYLLÓN, Bruno. **Sistema internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais:** A evolução Histórica e as Dimensões teóricas. In Revista de Economia & Relações Internacionais. V. 05 nº 08, 2006

_____. **A cooperação triangular e as transformações da cooperação internacional para o desenvolvimento.** Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

_____. Organizações Multilaterais de Desenvolvimento. In: André de Mello e Souza. (Org.). **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. 1ed.Brasília: IPEA, 2014, v. , p. 57-86.

BANCET, Alice. **Análisis de la Cooperación Triangular:** Discursos y prácticas de los países del CAD/OCDE sobre una modalidad en construcción. Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación Universidad Complutense de Madrid. Premio Luis Miguel Puerto. Madrid, Enero 2012.

BRASIL. Agência brasileira de cooperação. **Histórico.** Disponível em: <http://www.abc.gov.br/sobreabc/historico>. Acesso em: 26 abr. 2018.

_____. **Técnica.** Disponível em: <http://www.abc.gov.br/cooperacaotecnica/historico>. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo, 2016. Disponível em: <https://documentos.mpsc.mp.br/portal/manager/resourcesDB.aspx?path=2229> Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL. Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE). **Coordenação de População e Indicadores Sociais.** Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

_____. **Estatísticas de Gênero.** Uma análise do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

_____. **Estatística de gênero:** indicadores sociais de mulheres no brasil. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 18 maio. 2018.

BRASIL. Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA). Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009. Marcos Antonio Macedo Cintra (Organizador) Brasília: IPEA. 2010

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Objetivos de desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-br/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>. Acesso em: 17 maio. 2018

BRITANNICA ACADEMIC, ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **Marshall plan**. Disponível em: <academic-eb-britannica.ez97.periodicos.capes.gov.br/levels/collegiate/article/marshall-plan/51122>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BURGES, Sean. **Desenvolvendo a partir do sul:** Cooperação Sul-Sul no Jogo de Desenvolvimento Global. AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, pp 237-263, 2012.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional:** formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CORRÊA, Marcio Lopes. **Prática Comentada da Cooperação Internacional:** entre a hegemonia e a busca de autonomia. Brasília, DF: Edição do Autor, 2010.

FARIA, Carlos Aurélio; PARADIS, Clarisse Goulart. **Humanism and solidarity in brazilian foreign policy under Lula (2003-2010):** theory and practice. *Brazilian Political Science Review*. v.7, n.2, pp.8-36. 2013.

FARIAS, Helio C. **A estratégia do Brasil na África:** fundamentos geopolíticos e mecanismos de financiamento no ciclo recente de expansão econômica (2003-

2014). Tese (Doutorado em Economia Política Internacional). Instituto de Economia - UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Objetivos de desenvolvimento do milênio. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9540.htm>. Acesso em: 09 maio. 2018.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA); ONU MULHERES (ONU). **Brasil e África - Igualdade de Gênero**: Inovações e Potencialidades na Cooperação Sul-sul Trilateral - Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Moçambique. Disponível em: <http://unfpa.org.br/Arquivos/cooperacao-igualdade-genero.pdf> Acesso em: 8 jun, 2018.

GALÁN GOMÉZ, Manuel; SANAHUJA, José Antonio. **El sistema internacional de cooperación al desarrollo:** una aproximación a sus actores e instrumentos. Madrid: CIDEAL, 1999

HIRST, Monica; PINHEIRO, Letícia. **A política externa do Brasil em dois tempos.** Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 5-23, jul/dez. 1995

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX:** 1914-1991. Eric Hobsbawm; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli., 1997. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HYNES W. ; SCOTT S. **The Evolution of Official Development Assistance:** Achievements, Criticisms and a Way Forward. OECD Development Co-operation Working Papers, No. 12, OECD, 2013 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/5k3v1dv3f024-en>.

ISAACMAM, Bárbara; STEFHAN, June. **A mulher moçambicana no processo de libertação.** Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1984.

JORGE, Nedilson. **A África na agenda econômica do Brasil:** comércio e investimentos. In: África e a agenda econômica do Brasil, Rio de Janeiro, 2011

KEOHANE, Robert O. **After hegemony**: Cooperation and discord in the world political economy. New Jersey: Princeton University Press, 1984.

LEITE, P. S. **O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos:** os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geizel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/842-Brasil_e_a_Cooperacao_Sul-Sul_em_tres_momentos_de_PolItica_Externa_O.pdf

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa:** os governos de Jânio quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG. 2011.

LOPES, Luara Landulpho Alves. **A Cooperação Técnica entre países em Desenvolvimento (CTDP) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE)**: o Brasil como doador.. 2008. 164 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

MACHADO, Fernando Vieira. **Cooperação Técnica Entre Países em Desenvolvimento:** o Brasil e os Países da América Latina. (Dissertação). Brasília: IREL-UnB, jul. 2004.

MANCCINI, Giulia. **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento:** Mecanismos, história e eficácia. Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento. 2013. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/coopera%C3%A7%C3%A3o-internacional-para-o-desenvolvimento-mecanismos-historia-e-eficacia>. Acesso em: 30 maio, 2018.

MARTINUSSEN, John Degnbol; PEDERSEN, Poul Engberg. **Aid:** Understanding International Development Cooperation. London: Zed Books, 2003.

MILANI, Carlos R. S. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento** Brasília: IPEA, 2014. 277 p. : il., gráfs. Color.
o instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília: FUNAG, 2007.

O OBSERVATÓRIO BRASIL E O SUL. **A Cooperação Internacional para o desenvolvimento.** Disponível em: <http://obs.org.br/cooperacao>. Acesso em: 22 mar. 2018.

O OBSERVATÓRIO BRASIL E O SUL. **Técnica.** Disponível em: <http://obs.org.br/cooperacao/conteudo/79-tecnica>. Acesso em: 22 mar. 2018.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Dac members.** Disponível em: <http://www.oecd.org/dac/dacmembers.htm>. Acesso em: 18 abr. 2018.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT — (OECD). **Employment outlook.** OECD Publications, No. 48561, Paris: OECD, 1996.

_____. **Measuring aid 50 years of DAC statistics 1961-2011.** 2 ed. 2011. Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/stats/documentupload/MeasuringAid50yearsDACStats.pdf>

_____. **Oecd global forum on sustainable development:** Financing water and environmental infrastructure for all. [S.L.: s.n.], 2004. Disponível em: < http://www.oecd.org/env/30589212.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Carta das Nações Unidas de 1945.** São Francisco: [s.n],1945.

_____. **Plano de ação para promover e realizar a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento (CTPD) ou Plano de Ação de Buenos Aires.** Resolução no 22/134, de 19 de dezembro de 1978, da Assembleia Geral da ONU.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU MULHERES). **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher.** Pequim, 1995. Disponível em: < http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf> Acesso em: 30 maio. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). **PNUD explica transição dos Objetivos do Milênio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: < https://nacoesunidas.org/pnud-explica-transicao-dos-objetivos-do-milenio-aos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/> Acesso em: 30 maio. 2018a.

_____. **17 objetivos para transformar nosso mundo**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: 02 maio. 2018b.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **The story of official development assistance.** Paris, 1996. Disponível em: < http://www.oecd.org/dac/1896816.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2008.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **As Relações Brasil – Estados Unidos Encontros e Desencontros.** Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012.

PUENTE, C. A. I. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa:** a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. p. 110-115.

RAMOS, Bárbara Oliveira. **A Cooperação internacional e os debates teóricos:** um estudo de caso sobre a atuação da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no Brasil. Brasília: UNB, 2006.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Instituto Nacional de Estatística, Ministério da Saúde. USAID. Inquérito Demográfico e de Saúde 2011.** Maputo: INE; MISAU; USAID, 2013

_____. **Mulheres e Homens em Moçambique 2015.** Maputo: INE, 2015.

_____. **Perfil de Género de Moçambique.** Maputo: MGCAS, 2016.

SARAIVA, J.F.S. **África e Brasil:** o Fórum de Fortaleza e o relançamento da política africana do Brasil no governo Lula. In: COELHO, Pedro Motta Pinto; SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). Fórum Brasil-África: política, cooperação e comércio: IBRI, 2004

_____. **África Parceira do Brasil Atlântico:** Relações Internacionais do Brasil e da África no Início do Século XXI. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012.

SAVENDOFF, W. **Global government, mixed coalitions and the future of the international cooperation.** Washington: Center for Global Development, July 2012.

SOUZA, A. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento.** Brasília: Ipea, 2014. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24257>

UNESCO MOÇAMBIQUE. **RELATÓRIO ANUAL 2016; 2017.** Disponível em: Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002603/260351por.pdf> Acesso em: 02 jun. 2018

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM (UNDP). **Human Development Report:** Desarrollo Humano para todas las personas. New York: UNDP, 2015.

_____. Special Unit for South-South Cooperation. **Towards A Consolidated Development Platform for the South**, prepared for 2nd G-77 Eminent Persons Group meetings. New York: UNDP, oct 18-19, 2007

_____. **South report 2009:** perspectives on South-South cooperation for development. New York: UNDP, 2009. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdrp_2009_07.pdf> Acesso em: 02 jun. 2018

UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL (ECOSOC)**. Background study for the development cooperation forum:** trends in south south and triangular development cooperation. **Nova York: ECOSOC, Apr. 2008.** Disponível em: <http://www.un.org/en/ecosoc/docs/pdfs/south-south_cooperation.pdf> Acesso em: 01 jun. 2018

_____. **Support to UN Development Cooperation Forum 2010:** South-South and triangular cooperation: improving information and data. New York: ECOSOC, 2009. Disponível em:

<https://www.un.org/ecosoc/sites/www.un.org.ecosoc/files/publications/analytical_study_ssc_-_november_2009.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2018.

UNITED NATIONS OFFICE FOR SOUTH-SOUTH COOPERATION (UNOSSC). **About South-South and Triangular Cooperation**. Disponível em: <https://www.unsouthsouth.org/about/about-sstc/>. Acesso em: 18 abr. 2018.

VALLER, W. **O Brasil e a crise haitiana**: a cooperação técnica com o instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília: FUNAG, 2007.

VALOR ECONÔMICO. **Em visita, Dilma anuncia nova agência de cooperação para a África**. 25 de maio. 2013

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **De FHC a Lula:** uma década de política externa (1995-2005). Civitas – Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 381-397, jul./dez. 2005.

ANEXOS

Anexo 1:

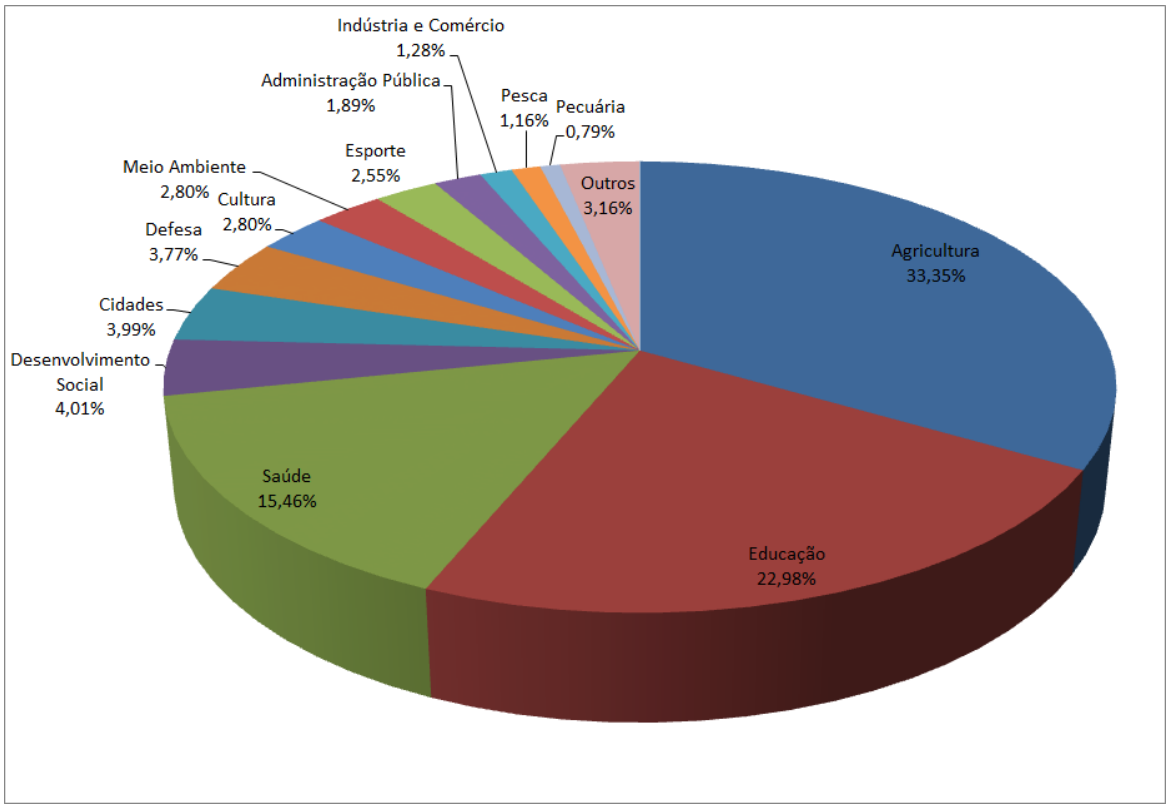
Tabela – Cooperação Brasileira na África:

Ano	Projetos	Execução financeira (R$)	Custo Médio (R$)
2000	4	807.991	201.998
2001	9	792.724	88.080
2002	16	869.639	54.352
2003	17	497.668	29.275
2004	23	156.522	6.805
2005	33	316.852	9.602
2006	57	2.239.311	39.286
2007	85	1.401.722	16.491
2008	128	3.544.182	27.689
2009	184	9.634.942	52.364
2010	253	19.844.882	78.438
2011	223	13.687.999	61.381
2012	201	10.172.693	50.610
2013	138	8.368.155	60.639
2014	161	5.069.613	31.488

Fonte: Agência Brasileira de Cooperação (2016) Elaboração: Hélio Caetano Farias

Anexo 2:

Gráfico: África – Por Segmento de Cooperação (2000-2014):

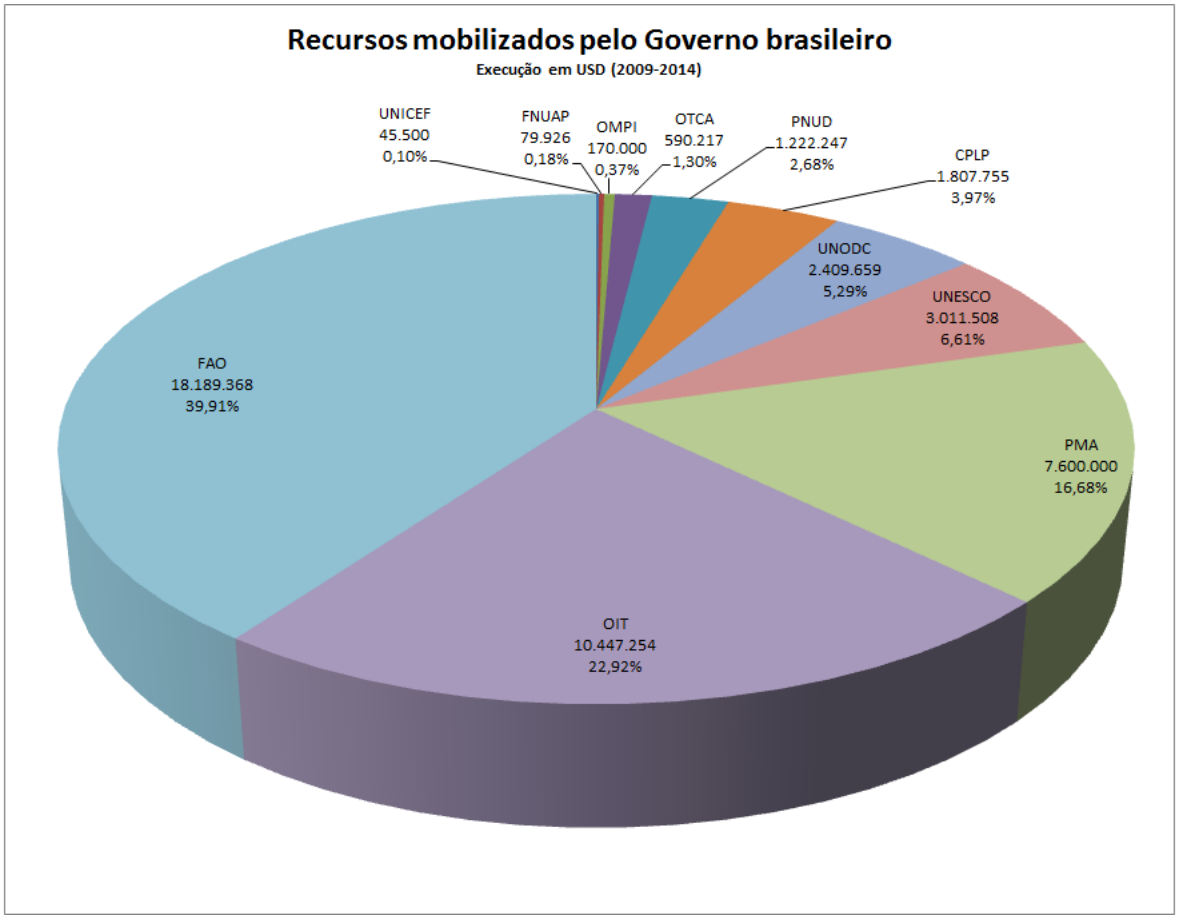


Fonte: Agência Brasileira de Cooperação (2018)

Anexo 3:

Gráfico:

Cooperação Trilateral com Organismo Internacional:



Fonte: Agência Brasileira de Cooperação (2018)

Anexo 4

Tabela: :

Cooperação Trilateral com Organismo Internacional

OI	Nº de Iniciativas	Recursos mobilizados pelo Governo brasileiro Execução (USD)						
		2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
CPLP	6			312.683	513.157	636.897	345.018	1.807.755
FAO	10	375.691	769.234	1.637.674	2.098.286	3.937.450	9.371.033	18.189.368
FNUAP	1						79.926	79.926
OIT	18	160.897	1.278.330	1.155.361	1.057.420	3.557.217	3.238.029	10.447.254
OMPI	1						170.000	170.000
OTCA	2				152.076	360.744	77.397	590.217
PMA	1			800.000	2.000.000	2.700.000	2.100.000	7.600.000
PNUD	2				488.044	520.403	213.799	1.222.247
UNESCO	3		130.354	562.977	30.644	1.399.390	888.143	3.011.508
UNICEF	1						45.500	45.500
UNODC	1		544.680	624.764	611.126	194.139	434.950	2.409.659
TOTAL	46	536.588	2.722.598	5.093.459	6.950.753	13.306.240	16.963.795	45.573.433

Fonte: Agência Brasileira de Cooperação (2018)

Anexo 5:

Metas específicas ODS 1

1.1 até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 por dia **1.2** até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais

1.3 implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social apropriados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis

1.4 até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais a recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e a outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças

1.5 até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais **1.a** garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, de forma a proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões **1.b** criar marcos políticos sólidos, em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza

Fonte: NAÇÕES UNIDAS, 2018

Anexo 6

Metas específicas ODS 5

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte

5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos

5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas

5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais

5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

Fonte: NAÇÕES UNIDAS, 2018

Anexo 7

Metas específicas ODS 17

17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas

17.2 Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos

17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes

17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento

17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos

Tecnologia

17.6 Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global

17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado

17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação

Capacitação

17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular

Comércio

17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha

17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020

17.12 Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo

com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado

Questões sistêmicas

Coerência de políticas e institucional

17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas

17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável

17.15 Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável

As parcerias multissetoriais

17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento

17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias

Dados, monitoramento e prestação de contas

17.18 Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça,

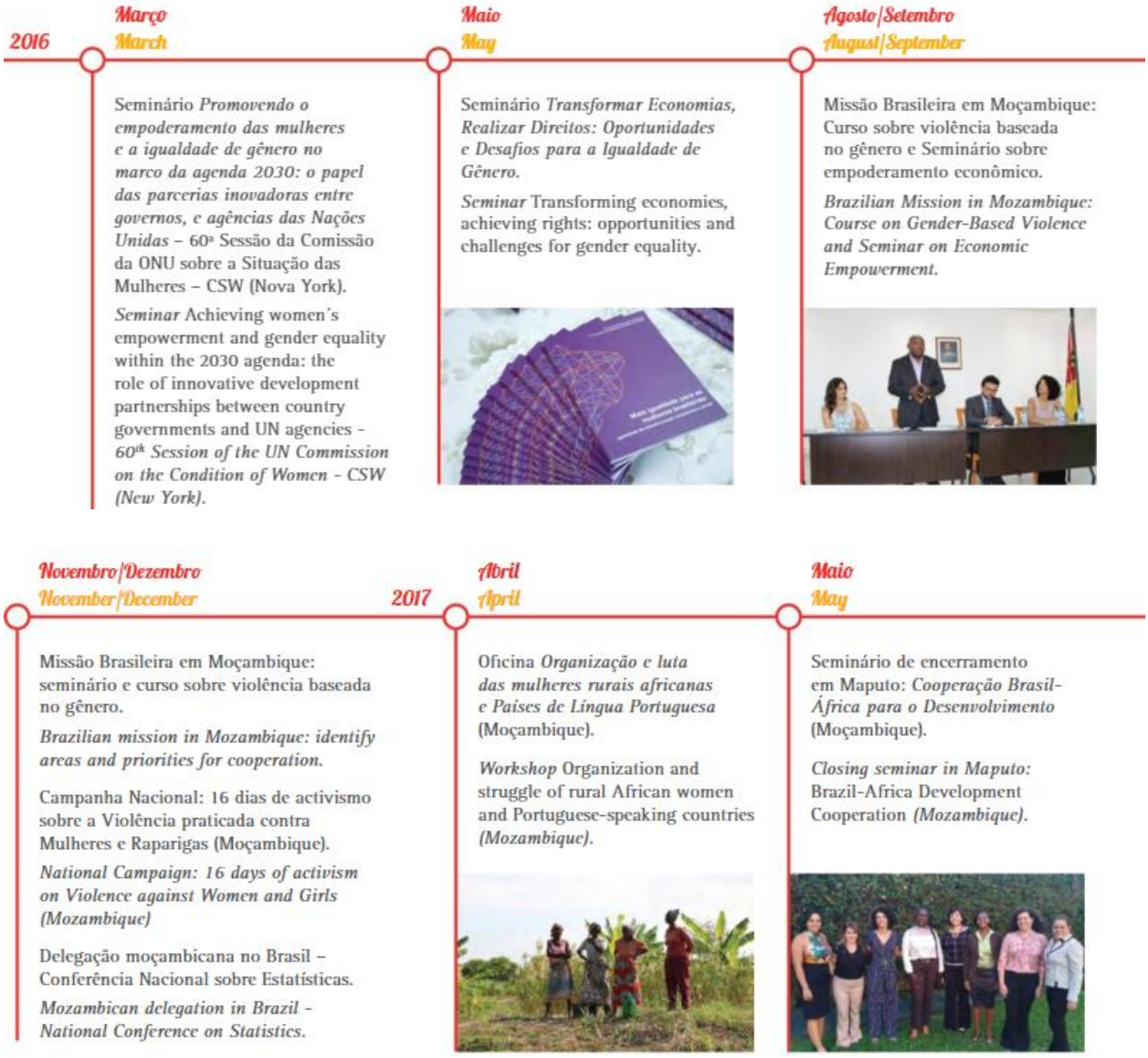
etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais

17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento

Fonte: NAÇÕES UNIDAS, 2018

Anexo 8

Linha do tempo de sucessão do Projeto Brasil – África:



Fonte: FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; ONU MULHERES 2017

Anexo 9

Objetivo específico 1:

a) Documentar as boas práticas brasileiras no enfrentamento à violência contra as mulheres;
b) Promover a integração e melhoria dos serviços de atenção a adolescentes e mulheres em situação de violência (assistência social, saúde, segurança pública e sistema de justiça) em Moçambique;
c) Promover uma abordagem interdisciplinar da saúde, centrada na noção de cuidado para além do atendimento médico; o estímulo à criação e/ou

fortalecimento de laços solidários nas famílias e comunidades e as construção de uma perspectiva geracional no atendimento às vítimas.

Fonte: FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; ONU MULHERES, 2017

Anexo 10

Objetivo específico 3:

a) Compartilhar as boas práticas brasileiras e moçambicanas de promoção do empoderamento econômico das mulheres, com ênfase nas políticas sociais para as mulheres rurais;
b) Produzir dados desagregados e realizar estudos sobre a situação socioeconômica e demandas das mulheres;
c) Adaptar experiências sobre produção e uso de evidências para subsidiar o planejamento, o monitoramento e avaliação de políticas;
d) Divulgar resultados da cooperação a níveis bilateral, regional e global, especialmente nos fóruns internacionais de discussão sobre os direitos das mulheres.

Fonte: FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; ONU MULHERES, 2017

Anexo 11

Instrumentos e insumos técnicos que reforçaram a implementação de marcos nacionais e internacionais:

INSTRUMENTOS E INSUMOS TÉCNICOS | *TOOLS AND TECHNICAL INPUTS*

Tais produções visaram reforçar a implementação de marcos nacionais e internacionais de direitos das mulheres e enfrentamento à violência de gênero:

These tools aimed at strengthening the implementation of national and international frameworks for women's rights and addressing gender violence;

a. Manual de treinamento entre pares para profissionais que atuam na atenção a vítimas da violência de gênero, com enfoque de direitos humanos e intersetorial (Brasil e Moçambique);

Elaboration of Train the trainer methodology for human rights-based, intersectoral approach to attention to GBV victims;

b. Identificação e compilação de indicadores para estabelecimento de linha de base para monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, CEDAW, Plataforma de Beijing, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), PNAM, PNPCVCM e National HIV and AIDS Strategic Plan (PEN IV) (Moçambique);

Support the formulation and validation process of the publication "Indicators to measure the gender equality progress" for Mozambique. The statistical handbook will be a reference to get information about women situation in Mozambique and will serve as a baseline. It comprises data used to monitor the commitments made in the Sustainable Development Goals (SDG), CEDAW, Beijing Platform, Southern Africa Development Community (SADC), PNAM, PNPCVCM and The National HIV and AIDS Strategic Plan (PEN IV), aiming to facilitate the formulating of national and international reports;

c. Contribuições para elaboração da nota conceitual sobre a V Conferência sobre Mulheres e Género em Moçambique (Moçambique);

Elaboration of draft of conceptual note for the V National Conference on Women and Gender in Mozambique;

INSTRUMENTOS E INSUMOS TÉCNICOS | *TOOLS AND TECHNICAL INPUTS*

d. Contribuições para elaboração do Plano Nacional para o Avanço da Mulher (Moçambique);

Support the Formulation of the IV National Plan for the Advancement of Women (PNAM);

e. Apoio à elaboração do Plano de Ação para a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sobre Mulheres, Paz e Segurança (Moçambique);

Support the formulation of the National Action Plan for the implementation of UN SC 1325; Mozambique signed the UN SC 1325 about Women, Peace and Security;

f. Contribuições para elaboração do Segundo Relatório de País para o Comitê CEDAW (períodos de 2007, 2010 e 2014 -Moçambique);

Support the formulation of the country's Second Report - periods in 2007, 2010 and 2014 – to the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW);

g. Contribuições para elaboração de nota conceitual para criação do Centro para o Empoderamento das Mulheres (Moçambique);

Support in the creation of the Women's Empowerment Center (inputs to the Center´s philosophy and decree that regulates the minimal structure and activities that will be offered);

h. Contribuições para elaboração de diagnóstico situacional e participativo em género: Modelo de instrumento para monitoramento por pontos focais de género em instituições públicas (Moçambique);

Contributions for the elaboration of Situational and participatory diagnosis in Gender: Model of instrument for monitoring by gender focal points in public institutions (Mozambique);

i. Contribuições para a elaboração da Estratégia e Plano de Comunicação para a *Campanha dos 16 Dias de Activismo sobre a Violência praticada contra Mulheres e Raparigas* (Moçambique);

Contributions to the elaboration of the Strategy and Communication Plan for the Campaign of 16 Days of Activism on Violence against Women and Girls *(Mozambique);*

INSTRUMENTOS E INSUMOS TÉCNICOS | *TOOLS AND TECHNICAL INPUTS*
j. Spots televisivos para difusão dos direitos de mulheres e raparigas vítimas de violência e dos serviços públicos providos pelo Mecaminismo Multissectorial de Atendimento (Moçambique); *Television spots for the dissemination of the rights of women and girls victims of violence and of the public services provided by the Multisectoral Mechanism of Assistance (Mozambique);*
k. Registro e sistematização de boas práticas e lições aprendidas em Cooperação Sul-Sul Trilateral (Brasil). *Systematization of lessons learned and best practices in Triangular South-South Cooperation to End Gender-Based Violence and promote Economic Empowerment of Women.*

Fonte: FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; ONU MULHERES, 2017

Anexo 12

Quadro: Partipação direta das atividades envolvidas no Projeto Brasil e África

Quadro : Participações diretas segundo as principais atividades realizadas
Table : Direct participation by main activities developed

Workshops: Género: aportes teóricos e práticos à construção de ferramentas de gestão em políticas públicas para integrantes do Ministério de Género, Criança e Acção Social e do Conselho Nacional para o Avanço da Mulher (Moçambique): 15 integrantes do governo de alto e médio níveis;	*Workshops on Gender Equality and Women´s Rights for Members of the Ministry of Gender, Children and Social Action (Mozambique) and of the National Council for the Advancement of Women: 15 – middle and high-level government officials*
Workshop com mulheres rurais (Moçambique): 15 ativistas;	*Rural Women workshop (Mozambique): 15 activists;*
Workshop para treinar treinadores no atendimento às mulheres e raparigas vítimas de violência baseada no gênero (Moçambique): 80 – Ministra da Saúde de Moçambique, Embaixador do Brasil em Maputo; funcionários do governo de alto e médio níveis e membros de equipes técnicas em nível nacional;	*Train the Trainer Workshops about care for women and girls victims of gender based violence (Mozambique): 80 – Minister of Health of Mozambique, Ambassador of Brazil in Maputo, middle and high-level government officials, technical personnel;*

Seminário sobre empoderamento econômico das mulheres (Brasil): 120 – Ministra de Género, Criança e Acção Social (Moçambique), Secretária de Políticas para Mulheres (Brasil), representantes de governos, agências, acadêmicas, pesquisadoras e ativistas;

Painel de alto nível na CSW60: 500 – ativistas, representantes de governos e oficiais de agências multilaterais de cooperação;

Primeiro Fórum Municipal em Género, Cultura, Segurança Pública e Políticas Públicas para Raparigas (Maputo, Moçambique): 150 – representantes de conselhos municipais e do Conselho Distrital de KaMaxakeni, líderes religiosos e de comunidades, jovens, mulheres e ativistas;

Mesas Redondas realizadas durantes os 16 Dias de Activismo: 675 – lideranças comunitárias e religiosas, jovens, mulheres e ativistas;

Seminário de Encerramento do projeto: 20 – Embaixador do Brasil em Maputo, Direção do DFID em Moçambique, gestores de nível médio.

Seminar on Women´s Economic Empowerment (Brazil): 120 – Minister of Gender, Children and Social Action (Mozambique), Secretary for Policies for Women (Brazil), representatives of government agencies, scholars, researchers, activists;

High-level panel at CSW60: 500 – activists, government and multilateral agencies officials;

First Municipal Forum on Gender, Culture, Urban Safety and Public Policies for Girls (Maputo, Mozambique): 150 – representatives of the municipal councils and the councillor of the KaMaxakeni Municipal District, community and religious leaders, youth, women and activists;

Round Tables – 16 days of activism: 675 - community and religious leaders, youth, women and activists

Closing Seminar: 20 – Ambassador of Brazil in Maputo, Head of DFID in Mozambique, middle-level managers

Fonte: FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; ONU MULHERES, 2017

Universidade
Católica de Brasília

Campus I - QS 07 – Lote 01 – EPCT – Águas Claras – Brasília – DF CEP: 71966-700 - (61) 3356-9000
Campus Avançado Asa Norte - SGAN 916 Módulo B Avenida W5 - CEP: 70790-160 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3448-7134
Campus Avançado Asa Sul - SHIGS 702 Conjunto 2 Bloco A - CEP: 70330-710 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3226-8210